AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 09 | SETEMBRO 2018 | R$ 15,00



CENSO AGROPECUÁRIO 2017

NÚMERO DE PROPRIEDADES CAI, ENQUANTO TAMANHO E PRODUTIVIDADE AUMENTAM

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

BIOTECNOLOGIA POSIÇÃO DO BRASIL É PRIVILEGIADA

SOJA AINDA HÁ MUITA PERDA NA CADEIA

LEITE DEFICIÊNCIAS DA CADEIA PRODUTIVA

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

AGRO BRASILEIRO MAIS CONCENTRADO E PRODUTIVO

AS REVISÕES para baixo nas projeções do Produto Interno Bruto (PIB) e as oscilações do preço do dólar mostram que o cenário, ao menos no curto e no médio prazos, é completamente incerto. Nem mesmo a redução da taxa básica de juros, somada à redução dos depósitos compulsórios dos bancos (que aumentou a quantidade de dinheiro para empréstimos), foi suficiente para aquecer de forma mais acentuada a economia.

Até a definição do cenário eleitoral, a volatilidade da economia deve continuar. O prazo para a economia retomar o seu crescimento de forma mais intensa é uma incógnita. Para o produtor rural, repetimos o alerta para ficar atento ao movimento do dólar, comprando insumos e vendendo a produção aos poucos para garantir um bom preço médio.

No mês passado, foram divulgados os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta pesquisa revelou mudanças importantes no agro brasileiro nos últimos onze anos (o último Censo tinha sido em 2006). De modo resumido, o agro: (i) ficou mais concentrado (menor número de estabelecimentos) e, também, mais produtivo, com a incorporação de mais tecnologia; (ii) ficou mais profissionalizado e mais feminino, porém mais envelhecido; e (iii) houve um avanço das lavouras temporárias, das pastagens plantadas e das matas naturais sobre as pastagens naturais e as lavouras permanentes.

Quando se toma o período de 2010 a 2017, a análise da infraestrutura do ponto de vista do agronegócio revela pontos interessantes, principalmente nesses tempos próximos das eleições gerais no País. A participação das exportações pelo Arco Norte passou de 15,1% para 26,2%, enquanto a produção nacional de grãos aumentou perto de 70%. Já a capacidade de armazenagem ficou com pouco mais da metade da produção, enquanto as exportações de grãos triplicaram. A frota rodoviária no País aumentou por volta de 26,9%. Os investimentos em ferrovias cresceram 22,1%, mas reduziram 45,0% e 1,8% em hidrovias e rodovias respectivamente.

No gerenciamento das cadeias de suprimentos, tem-se a necessidade de se minimizarem as perdas e o desperdício de produtos, tanto nas etapas de colheita e processamento, quanto nas de transporte, armazenagem e consumo. Um uso mais eficiente dos recursos naturais e uma maior segurança alimentar são os principais fatores relacionados a essa demanda, além de impactos sobre a lucratividade dos agentes da cadeia. Estima-se que 1 bilhão de pessoas poderia ter acesso a alimentos caso as perdas e o desperdício destes produtos fossem reduzidos pela metade. A ***Agroanalysis*** traz um artigo que estima o percentual de perdas e desperdícios ao longo da cadeia de suprimentos de soja brasileira.

O setor leiteiro brasileiro precisa superar grandes desafios para aumentar a competitividade frente ao mercado internacional. O primeiro ponto refere-se à grande fragmentação da indústria. As cinco maiores empresas respondem por apenas 28% da captação formal de leite. Além disso: existe um grande número de empresas na informalidade, sem fiscalização oficial; falta escala operacional para o processamento das fábricas e os caminhões transportarem maiores volumes da matéria-prima; e os laticínios possuem baixo poder de mercado na venda de produtos e no relacionamento com os grandes varejistas. Para conquistar uma maior inserção no mercado internacional, essas questões estratégicas precisam ser revistas.

Um novo conceito vem difundindo-se de forma expressiva nas economias mais desenvolvidas: a bioeconomia. A FGV Projetos realizou um estudo

para identificar a situação atual da bioeconomia no Brasil, os marcos regulatórios, as políticas públicas e os programas específicos existentes. O trabalho apresenta os desafios e as oportunidades para avançar na implementação de projetos específicos nesse campo, com o mapeamento das áreas potenciais de cooperação entre sócios nacionais e estrangeiros. Com a abundância e a diversidade dos recursos naturais, a posição brasileira é privilegiada nesse novo mercado.

Na entrevista do mês, o secretário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA), Wilson Vaz de Araújo, traz uma reflexão sobre as mudanças ocorridas no mapa da distribuição geográfica da produção agropecuária. Se a baixa inflação e a taxa de referência Selic continuarem a taxas baixas por cinco anos, o sistema de crédito rural será voltado mais para os pequenos e os médios produtores. Isso já está acontecendo. Os grandes produtores buscarão recursos no mercado de capitais, com operações envolvendo os títulos do agronegócio. Parte dos subsídios deverá ser voltada para o suporte ao seguro rural e a gestão de risco.

Em Caderno Especial deste mês, discorre-se sobre a cadeia produtiva de cacau. As lavouras da Bahia começam a superar o trauma deixado pela doença da vassoura-de-bruxa. Esse processo foi adiado por causa da longa estiagem que provocou uma violenta queda na produção nas safras de 2016 e 2017. Enquanto isso, o estado do Pará vive uma década de expressivo crescimento na cacauicultura. Esse processo promissor deverá prosseguir nos próximos anos. A Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC), junto a outros atores, lidera um movimento para a produção nacional chegar a 400 mil toneladas em 2028. ■

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES**.

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
WILSON VAZ DE ARAÚJO
SEGURO RURAL É O CAMINHO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
FRUSTRAÇÃO DO CRESCIMENTO

14 AGRODROPS

17 MERCADO & NEGÓCIOS

17 CAPA CENSO AGROPECUÁRIO 2017
CAI NÚMERO DE PROPRIEDADES, AUMENTAM TAMANHO E PRODUTIVIDADE

20 CAPA INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS
DESAFIOS PARA A COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

24 CAPA BIOECONOMIA NO BRASIL
DESAFIOS E POTENCIALIDADES

26 INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA
IMPACTO SOBRE A COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO

28 GESTÃO

28 CAPA PERDAS E DESPERDÍCIO NA CADEIA
O CASO DA SOJA BRASILEIRA

31 TECNOLOGIA

31 CONSUMO CONSCIENTE
NOVAS TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO

32 CONTEÚDO ESPECIAL

32 CACAUICULTURA
PLANO DE CRESCIMENTO 2028

38 ANDAV
O CONGRESSO ANDAV CRESCE EM SUA OITAVA EDIÇÃO

44 FAESP
AGROPECUÁRIA BRASILEIRA EM RISCO

45 ANDEF
TECNOLOGIA TRAZ CADA VEZ MAIS SUSTENTABILIDADE AO CAMPO

46 COLUNAS

46 DIÁRIO DE BORDO
ALGUNS DADOS DO CENSO

47 PRODUZIR
AS INCOERÊNCIAS CONTRA O PRODUTOR RURAL

48 OPINIÃO
BEM-ESTAR ANIMAL, UM CAMINHO SEM VOLTA

49 REFLEXÃO
ELEIÇÕES 2018

50 ESTATÍSTICA

SEGURO RURAL É O CAMINHO DOS SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS

WILSON VAZ DE ARAÚJO

SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (SPA/MAPA)

DA REDAÇÃO

Natural do Paraná, Wilson Vaz de Araújo iniciou a sua carreira profissional em escritórios de planejamento agropecuário do seu estado. Passou pelo Rio Grande do Sul antes de se mudar para Brasília. Foi responsável pela elaboração do projeto de ocupação do Cerrado na região Centro-Oeste. Funcionário da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), está cedido ao MAPA. Em abril último, após quase dois anos na Diretoria do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos, assumiu a SPA. Com duas décadas de participação na concepção do Plano Agrícola e Pecuário (PAP), o técnico comenta as mudanças no agro brasileiro e as trajetórias a serem tomadas pelas políticas agrícolas.



ANTONIO ARAÚJO

O TETO DOS GASTOS PÚBLICOS AFETOU O PAP PARA A SAFRA 2018/19?

WILSON VAZ DE ARAÚJO: Tivemos de fazer uma adequação nos orçamentos dentro dos limites estabelecidos pela Proposta de Emenda Constitucional que estabeleceu o teto dos gastos públicos (PEC nº 95). Na safra 2017/18, a dotação do Tesouro Nacional para a equalização da taxa de juros foi de R$ 9,7 bilhões (diferença entre a taxa de juros praticada no mercado financeiro e a taxa paga pelo produtor). Para a safra 2018/19, como manda a PEC, aplicamos a taxa de inflação de 2018 e fomos para R$ 9,9 bilhões.

A quantidade anunciada foi de R$ 31,0 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de R$ 191 bilhões para a agricultura comercial. No total, foram R$ 222 bilhões. Deste montante, 82% serão aplicados à taxa de juros controlados e 18%, à taxa de juros livres. No crédito, a taxa de juros controlados vai de 5,25% a 9,50%. A média fica entre 5,0% e 6,0%, pouco abaixo da taxa Selic. Diante do tamanho do ajuste realizado pelo Governo, temos uma leitura positiva, pois o setor agrícola foi poupado de cortes substanciais.

AS CHAMADAS OPERAÇÕES *BARTER* AUMENTAM COM A EMISSÃO DOS TÍTULOS DO AGRONEGÓCIO?

WVA: Com certeza, sim. Temos três títulos do agronegócio que são as maiores fontes de captação de recursos no mercado de capitais com os investidores privados. Todos foram lançados em 2006. A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é o carro-chefe, com uma captação mensal da ordem de R$ 15 bilhões. A sua emissão é feita pelas instituições financeiras. Em segundo lugar, vem o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que precisa de uma empresa de propósito específico para fazer a sua emissão, com uma forte evolução: de 2014 para cá, saiu de um patamar de R$ 2 bilhões e chegou a R$ 30 bilhões.

Como ainda são títulos novos, há necessidade de ajuste em suas estruturas operacionais. Isso faz parte de um processo de amadurecimento natural. O CRA, por exemplo, acaba de ser regulamentado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A sua tendência é de crescimento. Em terceiro lugar, aparece o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), um pouco mais lento e emitido por cooperativas e empresas de insumos, com volume de R$ 4 bilhões.

Nisso tudo, estão integradas as empresas de insumos, as cooperativas e as *traders*. Elas fazem parte do financiamento da agropecuária, com papel fundamental para o desempenho desses títulos, nas chamadas operações *barter* (que, em inglês, significa "troca"). Esse é um mecanismo de financiamento da safra em que o pagamento pelo insumo é feito por meio da entrega do grão na pós-colheita, sem a intermediação monetária.

O CENÁRIO PARA O CRÉDITO RURAL MUDA COM A REDUÇÃO DA TAXA DE REFERÊNCIA SELIC?

WVA: Se a taxa Selic se mantiver em patamares baixos para a economia brasileira, inferiores a 7%, existe um ambiente mais estável para praticar uma taxa de juros menor no crédito rural. Como isso leva a um menor dispêndio na equalização da taxa de juros pelo Tesouro Nacional, a oferta de recursos nas taxas livres pode aumentar. Essa situação refletir-se-ia de forma positiva para o agronegócio. Haveria, também, maior atratividade pelo crédito privado.

> "O SISTEMA PRECISA GANHAR CONFIANÇA NO DESEMPENHO DE ÍNDICES COMO A INFLAÇÃO E O CÂMBIO, ENTRE OUTROS."

O crédito rural a juros controlados continuará a ter o seu espaço enquanto a economia não demonstrar equilíbrio por um período médio de pelo menos cinco anos. O sistema precisa ganhar confiança no desempenho de índices como a inflação e o câmbio, entre outros. Como é tomadora de preços tanto na compra dos seus insumos e máquinas, como na venda dos seus produtos, além da ocorrência de intempéries climáticas e doenças, a agricultura trabalha com taxas de juros diferenciadas. Esta situação é mais sensível para o pequeno e o médio produtores, enquanto o grande conta com maior capacidade de gestão e liberdade para tomar o empréstimo.

DIGITALIZAÇÃO E MENOS CUSTOS BUROCRÁTICOS FAZEM PARTE DO HORIZONTE FUTURO?

WVA: Não conseguiremos fugir dessa tendência implacável nos diversos setores, seja na agricultura, na indústria ou nos serviços. À medida que essas tecnologias são inseridas e evoluídas no sistema financeiro, ganhamos maior agilidade operacional e minimizamos custos.

No caso da agricultura, as fiscalizações poderão ser monitoradas por satélite. Essa automação veio para facilitar e dar mais competitividade para o produtor. Isso chega e acontece de forma muito rápida. A

conectividade do campo faz parte, cada vez mais, da demanda atual da produção, seja do lado da qualidade, seja do da rastreabilidade. As políticas agrícolas devem estar antenadas para fomentar esse processo.

COMO FICA A EFICÁCICIA DA POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS (PGPM)?

WVA: Os principais argumentos para a existência desta política são a curva de sazonalidade de preços e as incertezas quanto ao tamanho das safras. Uma grande produção gera excedentes de produção, depressão de preços e prejuízos para os produtores. O Governo adquire parte disso e forma os estoques reguladores, para serem desovados em períodos com problemas de desabastecimento. Num país continental como o Brasil, a movimentação de safras entre regiões com excedentes e escassez de produção é normal.

Temos dificuldades em função da distância entre as fontes de produção e os centros de consumo. Sabemos das deficiências existentes na infraestrutura do transporte nacional. As políticas agrícolas preveem o financiamento para o produtor estocar e comercializar a produção em um momento mais adequado. O orçamento do Governo é de R$ 2 bilhões para a atual safra. Estes recursos poderão não ser utilizados caso o mercado não sofra instabilidade. É importante enfatizar que os preços mínimos são calculados para cobrir somente os custos diretos de produção, e não para cobrir as margens de lucro.

A INFORMÁTICA E A INTERNET MUDARAM OS NEGÓCIOS NO CAMPO. AGORA, VÊM A DIGITALIZAÇÃO E O MONITORAMENTO POR SATÉLITES.

FRACIONAR O PATRIMÔNIO DO IMÓVEL REDUZ O EXCESSO DE GARANTIA OFERECIDO PELO PRODUTOR?

WVA: A garantia dos financiamentos constitui uma negociação entre as partes: de um lado, o tomador e, de outro, o agente financeiro. Normalmente, os registros históricos desta relação facilitam a negociação. Existe toda uma estatística para ser pesquisada e analisada.

Às vezes, pode haver uma operação de baixa quantia, mas a garantia real – a hipoteca de um imóvel rural – ser de valor bem maior. Nesta situação, o fracionamento da garantia permitiria ao produtor oferecer uma parte do imóvel com valor compatível ao tamanho do empréstimo. Sobrariam partes dos imóveis livres para negociações e, até mesmo, novos empréstimos. Existe um Projeto de Lei nesse sentido, e devemos apoiá-lo.

A RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL PARA NOMEAR OS DISTRIBUIDORES COMO AGENTES DE CAPILARIDADE É POSITIVA?

WVA: Olhamos esta medida como um avanço para a capilaridade do sistema de crédito. À medida que as operações de financiamento são modernizadas, as estruturas das agências de bancos tendem a ficar reduzidas. Os agentes de crédito presentes nessas regiões distantes ligados à comercialização de insumos, máquinas e produtos são alternativas interessantes. São pessoas próximas e conhecedoras daquele público. Seriam a figura de um repassador, pois a responsabilidade da operação seria do agente financeiro.

FAZ PARTE DO AGRONEGÓCIO ORGANIZADO EM CADEIAS PRODUTIVAS A LEI DA POLÍTICA AGRÍCOLA DE 1991?

WVA: A evolução normal da sociedade sempre implica mudanças nos dispositivos institucionais. Chamamos a atenção para o fato de que esta lei está próxima de completar trinta anos. Nesse período, a agricultura mudou muito, seja do ponto

de vista tecnológico, seja do de gestão. As regiões de produção passaram por transformações. As fronteiras agrícolas aprofundaram-se e se ampliaram. A cotonicultura, por exemplo, migrou para a região Centro-Oeste e o estado da Bahia. Podemos citar outros casos.

Com essa mudança no mapa da produção, os mecanismos de financiamento, de apoio à comercialização e de intervenção do Governo nos processos produtivos sofreram ajustes para acompanhar essa nova realidade. A informática e a internet trouxeram outro ritmo aos negócios e à comunicação. A lei continua válida, mas precisa de uma revisão abrangente nos seus arcabouços legal e regulamentar.



ANTONIO ARAÚJO

SEGURO RURAL ENTRA NA AGENDA DE PRINCIPAL PRIORIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

WVA: Sem dúvida. Ao longo do tempo, o crédito rural representava o principal instrumento de apoio para custeio, investimento e comercialização da agropecuária. Muitas vezes, tivemos taxa de juros a níveis incompatíveis à crise de rentabilidade do setor. Agora, precisamos ainda olhar com carinho a comercialização e priorizar o seguro rural. Evidentemente, os problemas na logística, de pós-produção, não podem ficar fora de discussão, pois transferem um custo muito elevado, que impacta a renda do produtor.

Hoje, o crédito rural a juros controlados representa perto de 30% do custo de produção da agropecuária. O restante são recursos próprios do produtor rural e financiamentos da indústria e de distribuidores de insumos, cooperativas, *traders* e outros. Com a Selic a taxas menores, poderíamos ter taxas de juros livres menores para financiar os produtores. Parte dos subsídios para a equalização da taxa de juros poderia ir para a subvenção do seguro rural e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Estamos nesse caminho positivo. Com isso, evitaríamos grandes negociações de prorrogação de dívidas devido a sinistros climáticos, algo que era muito comum no passado. ■

> “AGORA, PRECISAMOS AINDA OLHAR COM CARINHO A COMERCIALIZAÇÃO E PRIORIZAR O SEGURO RURAL.”

FRASES & COMENTÁRIOS



www.abag.com.br

O Brasil não pode esperar os desdobramentos da guerra comercial para tentar ganhar espaço em diferentes mercados. Temos de ser proativos e conversar com os EUA, a China e o restante da Ásia.

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Apesar de necessários, os subsídios deveriam ser utilizados de forma mais específica, como, por exemplo, para locais ou produtores com dificuldade na captação de recursos.

CARLOS AGUIAR NETO, diretor de Agronegócios do Banco Santander Brasil

Para atendermos as expectativas mundiais em termos de produção e exportação, será necessário diversificar a busca por recursos financeiros. Nesse aspecto, a área de mercado de capitais brasileira teve grande evolução nos últimos anos.

GILSON FINKELSZTAIN, presidente da B3

No futuro, o crédito rural estará mais direcionado para o pequeno e o médio produtores. As grandes empresas voltar-se-ão para o mercado de capitais. Hoje, recurso não é um problema para o mercado.

RUI PEREIRA ROSA, superintendente de Agronegócios do Bradesco

Pecamos em não dedicarmos mais tempo para fazer bons projetos de desenvolvimento e executar obras de infraestrutura.

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS, sócio diretor da MB Associados

Temos de nos preocupar com a alocação correta de recursos, melhorando, por exemplo, a questão da segurança jurídica.

FÁBIO ZENARO, diretor da B3

Precisamos de um conjunto legal para dar conforto jurídico aos investidores, estimular a ampliação da infraestrutura e melhorar a produtividade do agronegócio brasileiro.

TARCÍSIO HÜBNER, vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil (BB)

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

ACESSE ONLINE OS ARTIGOS DA *AGROANALYSIS*. PREENCHA O CADASTRO E TENHA **ACESSO GRATUITO ÀS EDIÇÕES COM MAIS DE SEIS MESES.**

WWW.AGROANALYSIS.COM.BR

FRUSTRAÇÃO DO CRESCIMENTO

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

O ANO de 2018 será marcado por mais um período de baixo crescimento da economia brasileira. As perspectivas são de que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deva crescer cerca de 1% neste ano relativamente a 2017. Este resultado é bem baixo em relação ao que se imaginou no começo do ano, quando as projeções chegaram a se aproximar de um crescimento de cerca de 3%.

Não é a primeira vez que uma frustração quanto ao crescimento do PIB brasileiro ocorre ao longo dos últimos anos. Fenômeno similar ocorreu em 2017, quando se imaginava um crescimento mais expressivo no começo daquele ano relativamente ao que se observou de fato.

Os erros sistemáticos nas projeções do PIB têm ocorrido por conta do fato de que a economia brasileira, tradicionalmente, tende a reagir de maneira rápida após um evento recessivo. No final da década passada, por exemplo, a economia brasileira reagiu rapidamente após os efeitos recessivos decorrentes



SHUTTERSTOCK

da crise financeira global de 2008. Esse padrão de resposta rápida é observado periodicamente ao se analisar o histórico de crescimento da economia brasileira após o Plano Real, em 1994.

O comportamento da atividade econômica e do crescimento da economia brasileira ao longo dos dois últimos anos não condiz com esse padrão de resposta. Realmente, era de se esperar que a atividade econômica brasileira estivesse reagindo de forma mais clara ao longo deste ano em face do processo de flexibilização da política monetária, centrado na redução da meta da taxa básica de juros – Selic – pelo Comitê de Política Monetária (Copom), além da redução das exigências de depósitos compulsórios sobre o total dos depósitos à vista por parte do Banco Central (BACEN). Isso significa que, apesar dos esforços do BACEN em flexibilizar a política monetária, a atividade econômica não esboçou uma reação mais intensa como era esperado.

A somatória desses elementos revela que a mudança no padrão de recuperação da economia brasileira neste momento deve-se a outros elementos que não estavam presentes em ciclos anteriores. Ainda que a greve dos caminhoneiros e as incertezas quanto ao cenário político representem fatores que têm afetado o crescimento do ano, não é possível atribuir-lhes inteiramente a responsabilidade pelo pífio desemprenho da economia do País neste ano.

A realidade dos fatos remonta à questão associada ao elevado grau de endividamento relativo dos agentes econômicos privados (particularmente, famílias), que têm limitado seu poder de consumo ao longo dos últimos anos.

De fato, a economia brasileira vivenciou um ciclo contínuo de endividamento das famílias entre 2007 e 2014, estimulado, em grande parte, pelos governos vigentes à época. O final do ciclo foi particularmente marcado por fortes estímulos ao crédito imobiliário, o que provocou uma expressiva elevação dos preços dos imóveis residenciais à época.

Os limites a esse ciclo ficaram evidentes em 2014, quando os bancos não tinham mais espaço em suas carteiras para prosseguir no processo de ampliação do crédito sem que o risco fosse amplificado. Como resultado desse processo, o consumo passou a declinar, afetando a demanda e a renda agregada do País nos anos subsequentes.

O processo de baixo crescimento em curso no Brasil neste momento é decorrência do processo de ajuste das famílias para um menor grau de endividamento relativo. A demora neste redimensionamento decorre do fato de que a dívida imobiliária não é de curto prazo, o que tem levado boa parte das famílias a cortar despesas em outras frentes para continuar quitando seus débitos com imóveis. Destaque-se que esse processo de ajuste tem ocorrido em um contexto de queda da renda, o que o torna mais penoso. Como resultado disso, a demanda agregada brasileira segue estagnada, sem grandes perspectivas de recuperação no curto prazo.

Em síntese, a recuperação da economia brasileira em bases mais robustas dar-se-á no momento que esse ciclo de ajuste tiver se encerrado. O prazo para que isso ocorra ainda é uma incógnita: poderá levar meses ou mais alguns anos ainda. ■

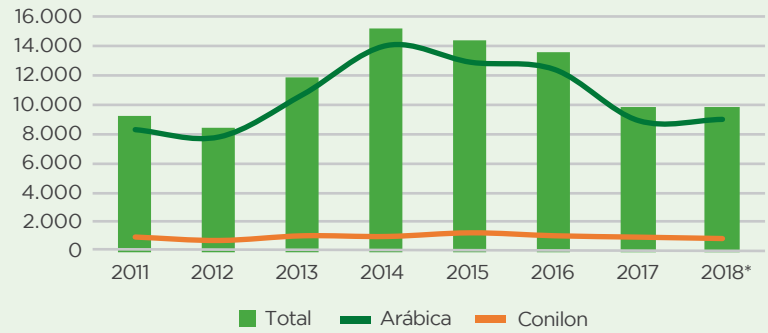
AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ ESPECIAL

Desde 2014, o estoque privado de café no Brasil registra queda. As quebras registradas nas safras de Conilon de 2015/16 e 2016/17 explicam este movimento de baixa. A safra 2018/19 deverá atingir 58,0 milhões de sacas, com a bienalidade positiva dos cafezais (produção cheia). Esta quantidade recorde afasta a possibilidade de déficit na oferta, mas não haverá formação de excedente – um mercado bem ajustado.

BRASIL: ESTOQUE PRIVADO DE CAFÉ (MIL SACAS)

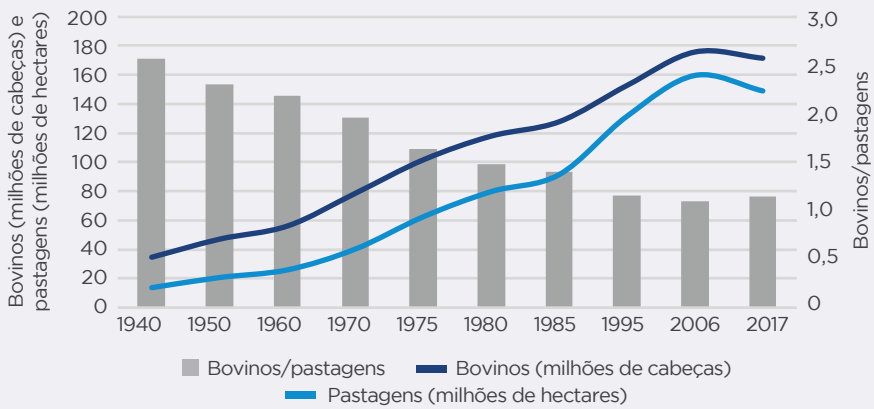


* Posição em 31 de março
Fonte: Conab

TAMANHO DO REBANHO E DA ÁREA DE PASTAGENS

Entre os Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1940 e 2006, o rebanho bovino e a área de pastagens sempre mostraram crescimento, enquanto a relação entre as duas variáveis sempre apresentou queda. Entre os censos de 2006 e 2017, essa tendência se inverteu: o rebanho e a área de pastagens reduziram-se e a relação de cabeças por hectare aumentou. Mesmo com esse ganho de produtividade, esta relação segue como a segunda mais baixa da história, somente acima do número registrado no censo de 2006.

BRASIL: EVOLUÇÃO DO REBANHO BOVINO E DA ÁREA DE PASTAGENS



Fonte: Censos Agropecuários/IBGE

MARGENS APERTADAS NA PRODUÇÃO LEITEIRA

Depois do impacto sofrido nos preços e na produção, a atividade leiteira tende a voltar ao ritmo regular. Com custos pressionados e a necessidade de atender os centros de abastecimento, as cotações tiveram ajuste para cima. Esse repasse não é simples, pois bate de frente com a crise econômica. As margens ficam mais apertadas para o produtor, o laticínio e o varejo. Com a chegada do período de safra, a tendência natural é de aumento. A produção anual seguirá abaixo do recorde de 2014 e muito próxima do volume de 2017. Para concorrer no mercado externo, ainda faltam escala e produtividade à produção da matéria-prima.

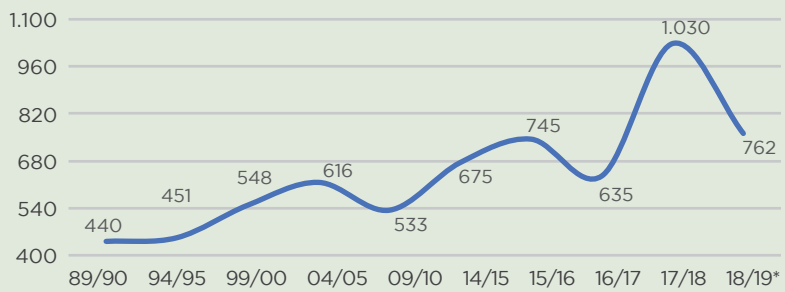
CRÉDITO RURAL NA SAFRA 2017/18

Do total dos recursos desembolsados na safra 2017/18, de R$ 188,4 bilhões, 53,5% vieram de bancos públicos (80,4% com taxas controladas), 31,5% dos bancos privados (63,9% com taxas controladas), 13,6% das cooperativas de crédito e 1,4% de bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de crédito. Os créditos de custeio, investimento e comercialização representaram, respectivamente, 53,9%, 26,1% e 20,0%. Nesses cálculos, não entram as operações conhecidas como *barter*, feitas pela indústria de insumos aos produtores em troca do produto.

PRODUTIVIDADE RECORDE NA LARANJA

O adensamento dos pomares e a prática de irrigação são fatores que colaboram com o aumento de produtividade dos laranjais. Da mesma forma, também contribuem de forma positiva o controle mais eficiente do *greening* e o manejo para o menor uso de água e defensivos. A produção por hectare bateu recorde histórico na safra 2017/18, de julho de 2017 a junho de 2018.

SÃO PAULO E TRIÂNGULO MINEIRO: PRODUTIVIDADE DA LARANJA (CAIXAS POR HECTARE)



* Projeção
Fonte: CitrusBR; Fundecitrus

TARIFAS NAS IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Uma audiência pública na Câmara dos Deputados debateu a abertura das relações comerciais internacionais para o desenvolvimento econômico do Brasil. Há muito trabalho para ser desenvolvido nessa área. Normalmente, as tarifas médias nas importações de produtos do agronegócio são maiores quando comparadas às dos demais produtos. O Brasil é uma exceção nesta constatação. A concretização de acordos sanitários, seja de produtos vegetais ou animais, faz parte do cumprimento de uma agenda indispensável para acesso ao mercado.


GUARDIÃO
DAS ÁGUAS
O AGRICULTOR
DE MATO GROSSO
É EXEMPLO DE AGRICULTURA DE ALTO RENDIMENTO
SUSTENTÁVEL
SAIBA MAIS
APROSOJA.COM.BR
REALIZAÇÃO:
Aprosoja
MATO GROSSO
APOIO:
INSTITUTO
AçãoVerde

CENSO AGROPECUÁRIO 2017

CAI NÚMERO DE PROPRIEDADES, AUMENTAM TAMANHO E PRODUTIVIDADE

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@fgv.br

NO MÊS de agosto, foram divulgados os dados preliminares do Censo Agropecuário 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta pesquisa revelou mudanças importantes no agro brasileiro nos últimos onze anos (o último Censo tinha sido em 2006). De forma sintética, o universo agro:

- ficou mais produtivo, incorporando mais tecnologia e menos mão de obra;
- ficou menos disperso, mais eficiente, mais profissionalizado, mais feminino, porém mais envelhecido; e
- testemunhou as lavouras temporárias, as pastagens plantadas e as matas naturais avançarem sobre as pastagens naturais e as lavouras permanentes.

Nos parágrafos a seguir, cada um desses pontos será detalhado com números.

O agro brasileiro ficou mais produtivo...

De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária aumentou 77,2% entre 2006 e 2017 (já deflacionado pelo IGP-DI da FGV!). Essa forte expansão foi observada tanto nas lavouras, cujo VBP cresceu 82,5% no período, como nas atividades pecuárias, com um VBP em 2017 67,2% maior do que aquele de 2006.

Incorporou mais tecnologia, embora não de forma generalizada...

Os dados do Censo de 2017 indicam um aumento expressivo da mecanização no campo, visto que o número de tratores aumentou em 50% comparado ao de 2006. No entanto, é importante ressaltar que ainda menos de 15% dos estabelecimentos possuem algum trator. Ou seja, apesar do aumento da mecanização, isso não ocorreu de forma generalizada, sendo, provavelmente, uma característica dos produtores mais capitalizados ou melhor organizados.

Mas, absorveu menos mão de obra...

Entre 2006 e 2017, o número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários retraiu-se em mais de 1,5 milhão (isto é, ficou 9,2% menor), com a geração de pouco mais de 15 milhões de postos de trabalho. A queda do número de pessoal ocupado no campo pode ser atribuída à mecanização e à incorporação de outras tecnologias poupadoras de mão de obra. Infelizmente, nos dados preliminares divulgados pelo IBGE, há informações apenas sobre tratores.

O agro ficou mais feminino, embora a presença masculina ainda seja largamente majoritária...

Apesar da queda da população ocupada nas atividades agropecuárias, houve um aumento da participação da mulher no campo, tornando as

propriedades rurais um pouco mais femininas. A população feminina ocupada passou de 12,7%, em 2006, para 18,7%, em 2017. No entanto, ainda há larga predominância da mão de obra masculina no setor (81,3%).

Porém, com uma participação menor dos mais jovens...

O Censo revelou, também, uma tendência de envelhecimento do produtor: enquanto, em 2006, a população ocupada com 65 anos ou mais de idade era de 17,5%; em 2017, esta participação aumentou para 21,4%. Em contrapartida, a participação de pessoas ocupadas com idade entre 25 e 35 anos em áreas rurais caiu de 13,6% para 9,5% entre 2006 e 2017, e a participação de pessoas ocupadas com idade entre 35 e 45 anos caiu de 21,9% para 18,3%.

O agro brasileiro ficou menos disperso...

O número de estabelecimentos rurais no Brasil reduziu-se em mais de 100 mil unidades em 2017 em relação ao ano de 2006, atingindo cerca de 5,07 milhões de unidades. A área média se expandiu, passando de 64,5 hectares, em 2006, para 69,1 hectares, em 2017, mostrando uma tendência de aumento no tamanho das propriedades.

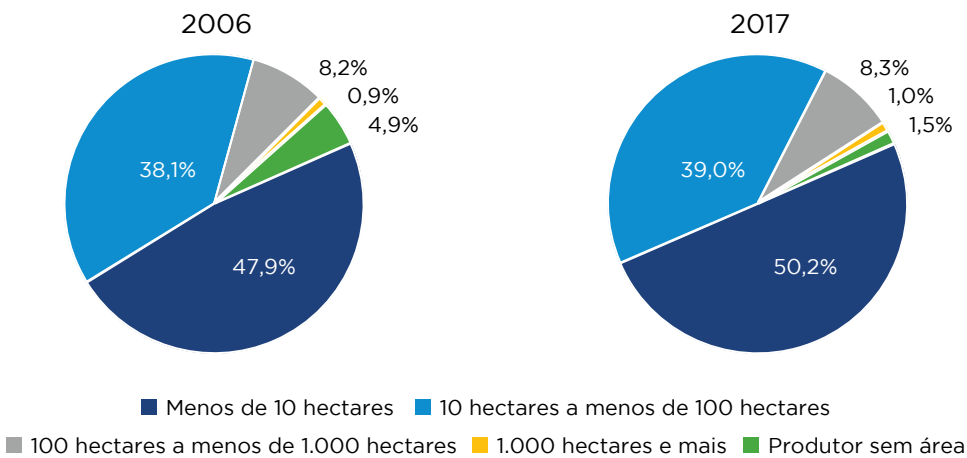
NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPO DE ÁREA

GRUPOS DE ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS	2006	2017	Variação
Menos de 10 hectares	2.477.151	2.543.778	2,7%
10 hectares a menos de 100 hectares	1.971.600	1.979.915	0,4%
100 hectares a menos de 1.000 hectares	424.288	420.136	-1,0%
1.000 hectares e mais	47.578	50.865	6,9%
Produtor sem área	255.019	76.671	-69,9%
TOTAL	**5.175.636**	**5.072.152**	**-2,0%**

Nota: por conta dos dados de 2017 serem preliminares, a soma do número de estabelecimentos por grupos de área (5.071.365) difere ligeiramente do número de estabelecimentos total (5.072.152)
Fonte: Censos Agropecuários 2006 e 2017

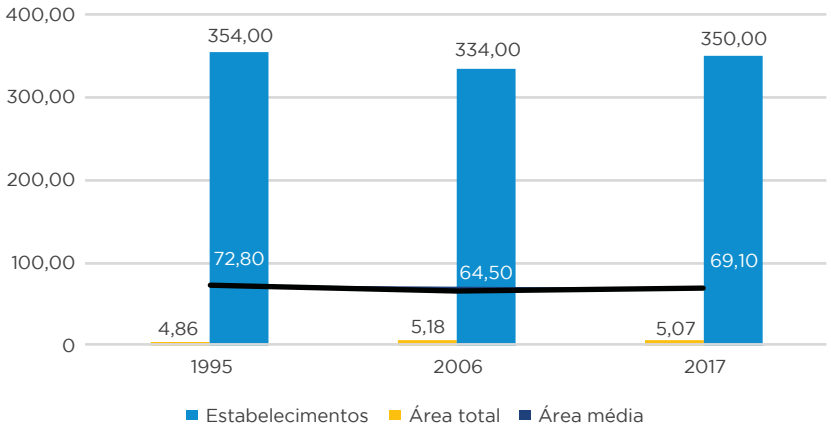
ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPO DE ÁREA

(EM %)



Fonte: Censos Agropecuários 2006 e 2017

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS (MILHÕES DE UNIDADES) **E ÁREA** (MILHÕES DE HECTARES)



Fonte: Censos Agropecuários 1995, 2006 e 2017

Além disso, observa-se que o número de propriedades com mais de 1.000 hectares aumentou consideravelmente entre 2006 e 2017, em 6,9%, sendo este o maior crescimento entre os grupos analisados neste artigo (ver tabela). Todavia, esse tipo de propriedade representa apenas 1,00% das propriedades rurais do País (em 2006, representava 0,92%).

Se, por um lado, aumentou a concentração de terras; por outro, houve aumento da produtividade. De acordo com a Conab, a produtividade das lavouras de grãos aumentou 29,9% entre as safras 2006/07 e 2017/18, saltando, de 2,81 toneladas por hectare para 3,70 toneladas por hectare. Além disso, ainda há muitas propriedades pequenas. As propriedades com menos de 10 hectares representam a maior parte dos estabelecimentos rurais do País (em 2017, 50,2% dos estabelecimentos e, em 2006, 47,9%).

E fez mais uso de arrendamentos...

Outro ponto importante revelado pelo Censo Agropecuário 2017 é o significativo aumento das terras arrendadas, que ultrapassaram os 30,0 milhões de hectares, representando um crescimento de 100% da área de terras arrendadas em 2006 (14,9 milhões de hectares). Entre os estados que mais possuem terras (em hectares) arrendadas, estão Mato Grosso, Rio Grande do Sul e São Paulo. Vale a pena destacar que um dos fatores que podem explicar essa tendência de maior arrendamento é o envelhecimento da população no campo sem sucessão familiar, uma vez que o arrendamento é uma forma alternativa de garantia de renda que não implica a necessidade de se desfazer da propriedade.

Por fim, as lavouras temporárias, as pastagens plantadas e as matas naturais avançaram sobre as pastagens naturais e as lavouras permanentes...

De acordo com os números do Censo, do total da área de todos os estabelecimentos agropecuários, 33,2% foram destinados às pastagens plantadas, 31,5%, às matas naturais, e 16,5%, às lavouras temporárias, sendo que estes três tipos de utilização das terras apresentaram crescimento relativo entre 2006 e 2017. Em contrapartida, a utilização das pastagens naturais (13,9%) e das lavouras permanentes (2,4%) apresentou retração em relação a 2006.

Enfim, os números preliminares do Censo Agropecuário sugerem que, nos últimos onze anos, o universo agro brasileiro ficou bem mais produtivo, com produtores com idade mais avançada e maior proporção de trabalhadoras. Além disso, o setor agropecuário empregou um menor número de pessoas e em áreas produtivas maiores e menos dispersas. Por fim, a produção atual está mais voltada para lavouras temporárias, pastagens plantadas e com maior área de matas. Em poucas palavras, o setor agropecuário brasileiro ficou mais eficiente e profissionalizado, com todas as vantagens e as desvantagens que decorrem deste processo. ■

INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS

DESAFIOS PARA A COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

GLAUCO RODRIGUES CARVALHO
Economista e pesquisador da Embrapa Gado de Leite

DENIS TEIXEIRA DA ROCHA
Zootecnista e analista da Embrapa Gado de Leite

ANGELA LORDÃO
Médica-veterinária e gerente de Pecuária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

NA EDIÇÃO de fevereiro deste ano da ***Agroanalysis***, publicamos um artigo sobre alguns dos desafios para aumentar a competitividade internacional do setor leiteiro brasileiro relacionados aos diferentes elos da cadeia: produção primária, industrialização e papel do Governo. Nesta edição, o foco principal será aprofundar a análise sobre os temas inerentes à indústria de laticínios.

O primeiro ponto que merece destaque é que a indústria de laticínios no Brasil é muito fragmentada, com as cinco maiores empresas respondendo por apenas 28% da captação formal de leite. É um volume bastante tímido quando comparado ao de outros importantes *players* do mercado mundial: no Uruguai, as cinco maiores empresas captam todo o leite produzido no país; na Nova Zelândia, 86%; e nos Estados Unidos, 59%.

É verdade que a concentração elevada pode gerar abuso de poder de mercado. Mas, também é notório que uma alta fragmentação industrial traz consigo muitas deficiências. Segundo o IBGE, existem mais de 2 mil laticínios inspecionados no Brasil, sendo que 66% deles captam diariamente até 10 mil litros de leite. Estes pequenos laticínios são responsáveis por apenas 4% do volume de leite adquirido anualmente no País. Na outra ponta, plantas industriais com captação acima de 150 mil litros por dia representam apenas 5% das unidades e 66% do leite. Parece contraditório falar em fragmentação quando observamos esse último dado. Mas, o fato é que este pequeno percentual de 5% abrange mais de cem empresas, ilustrando a estrutura fragmentada da indústria.

Essa pulverização de empresas é agravada pela existência de um grande número de empresas que atuam na informalidade, não submetidas aos sistemas oficiais de fiscalização. Prova disso é que o volume captado pelos laticínios sob inspeção representa, em média, 69% do leite total produzido no Brasil, conforme levantamentos do IBGE.

Esse cenário dificulta o delineamento de políticas para o setor, inclusive no âmbito da bonificação por sólidos totais, o que é fundamental para melhorias na competitividade industrial. O leite da Nova Zelândia, por exemplo, possui, em média, 5,02% de gordura e 3,88% de proteína bruta, totalizando 8,90% de sólidos. No Brasil, o volume de sólidos não passa de 6,80%, em média. Trata-se, portanto, de um diferencial de 30% e que se traduz em alto custo de produção de leite em pó, o principal produto lácteo transacionado no mercado internacional.

Outro ponto de destaque refere-se à capacidade de processamento das fábricas. Em Edendale, na

Nova Zelândia, uma planta da Fonterra possui capacidade para processar 16 milhões de litros de leite por dia. No Brasil, as fábricas com capacidade para processar 1 milhão de litros diários são consideradas enormes. Além disso, as empresas brasileiras ainda trabalham com elevada capacidade ociosa. Dados do *ranking* das maiores empresas de laticínios do País, divulgados pela Leite Brasil, indicam que estas empresas processaram apenas 62% da sua capacidade instalada em 2017.

No âmbito da captação de leite, existem, também alguns drenos da nossa competitividade. As estradas e os acessos às fazendas são, em geral, ruins, dificultando o uso de caminhões maiores. Em países como a Nova Zelândia, é comum a captação em caminhões com capacidade de transporte acima de 25 mil litros. No Brasil, o padrão são veículos de 14 mil litros, sendo que, em diversas localidades, são necessários veículos ainda menores, com capacidade de 9 mil litros.

Além da menor capacidade dos caminhões, que encarece o transporte, existe, ainda, uma grande competição entre as empresas na busca de produtores, sobretudo em momentos de menor oferta. Isso faz com que ágios pontuais no preço do leite provoquem ampla migração de fornecedores entre os diversos laticínios, o que prejudica a existência de um relacionamento mais sólido e de longo prazo. Os fornecedores de leite, que operam com margens apertadas, ou mesmo negativas, serão sempre atraídos pela possibilidade de melhor receita. Tal situação aumenta os custos de transação na cadeia produtiva e faz com que diversas empresas estabelecidas em algumas regiões operem com elevado custo de captação e alta capacidade ociosa. Uma comparação do custo de captação entre o Brasil (nas regiões Sul e Sudeste) e os Estados Unidos (na Califórnia) mostra que, aqui, o custo por litro de leite é 30% superior.

Outra dificuldade enfrentada pelos laticínios brasileiros é o baixo poder de mercado na venda de produtos e no relacionamento com os grandes varejistas. Uma das explicações para esse fato é a maior concentração deste último setor. Enquanto as cinco maiores empresas de laticínios captam 28% do leite inspecionado nacional, as cinco maiores redes de super/hipermercados concentram 52% do faturamento do setor, segundo o *ranking* da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS).

Portanto, a fragmentação na indústria brasileira de laticínios, somada a alguns fatores estruturais, traz inúmeros desafios para a competitividade do setor lácteo nacional. Caso a cadeia produtiva de leite almeje, de fato, uma maior inserção no mercado internacional, será fundamental que essas questões sejam tratadas com uma visão mais estratégica e de longo prazo. Afinal, o Brasil possui características ímpares para avançar na produção de leite. É essencial que o País incremente investimentos em inovação de produtos e processos, melhore a coordenação setorial e se insira como protagonista no mercado internacional, mas como exportador líquido. ■

VOLUME DE LEITE CRU ADQUIRIDO PELOS LATICÍNIOS NO BRASIL EM 2017

CLASSE DE LEITE CRU ADQUIRIDO (LITROS/DIA)	Laticínios (unidades)	%	Volume adquirido (mil litros)	%
Até 1 mil	564	28,0	67.733	0,3
Mais de 1 mil a 10 mil	775	38,4	898.245	3,7
Mais de 10 mil a 50 mil	407	20,2	2.990.892	12,4
Mais de 50 mil a 150 mil	162	8,0	4.149.328	17,2
Mais de 150 mil	108	5,4	16.010.747	66,4
TOTAL	**2.016**	**100,0**	**24.116.947**	**100,0**

Fonte: Pesquisa Trimestral do Leite/IBGE

powered by anuga

www.anufoodbrazil.com.br

anufood brazil

All About Food

Feira Internacional Exclusiva
para o Setor de Alimentos e Bebidas

12-14 Março 2019

São Paulo Expo, São Paulo, Brasil

- AGRIFOODS
- MEAT
- CHILLED & FRESH FOOD
- DAIRY
- DRINKS & HOT BEVERAGES
- FINE FOOD
- BREAD & BAKERY
- ORGANIC
- SWEETS & SNACKS
- FOOD SERVICE

Parceria Estratégica

ABIA Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Coorganização

FGV EUROPE PROJETOS

Organização

koelnmesse

A diversificação do agronegócio do Brasil para o mundo

AGRIFOODS









Exclusiva plataforma Agrifoods

Encontre **compradores nacionais e internacionais** na única feira dedicada às empresas de vários segmentos do setor de alimentos e bebidas.





Garanta sua participação!

anufoodbrazil@koelnmesse.com.br | + 55 11 3874-0030

www.anufoodbrazil.com.br

Apoio:

abag ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

ABIC

ABICAB

ABIEC

abimapi

ABIR

ABPA

abrasel

ANR Associação Nacional de Restaurantes

GASTROMOTIVA

IFB INSTITUTO FEDERAL BRASIL

ITAL

SistemaOCB

UNICA

BIOECONOMIA NO BRASIL

DESAFIOS E POTENCIALIDADES

ANTONIO DONIZETI BERALDO
Consultor especialista em política agrícola

O CONCEITO de bioeconomia vem difundindo-se de forma expressiva nas economias mais desenvolvidas. O debate acentuou-se após a publicação do estudo pioneiro feito pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 2009. Em 2012, a União Europeia apresentou as diretrizes para impulsionar a bioeconomia, enquanto, em 2011, os Estados Unidos definiram o seu Plano Nacional de Bioeconomia.

A FGV Projetos realizou um estudo com o objetivo de identificar a situação atual da bioeconomia no Brasil, os marcos regulatórios, as políticas públicas e os programas específicos existentes. O trabalho apresenta os desafios e as oportunidades para avançar na implementação de projetos específicos nesse campo, com o mapeamento das áreas potenciais de cooperação entre sócios nacionais e estrangeiros.

A bioeconomia desperta atenção na América Latina, por esta contar com uma das maiores reservas de biomassa do Planeta, além de ser grande produtora de biocombustíveis. No Brasil, embora ainda não se disponha de estatísticas precisas, as estimativas são de que atividades relacionadas a essa área representem cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), com forte participação no agronegócio.

Os avanços da biotecnologia moderna no setor agroindustrial constituem um dos principais caminhos para o Brasil desenvolver a bioeconomia.

Sem se dispor de um marco institucional articulado e abrangente, várias iniciativas estão sendo realizadas, tais como:

- A plataforma interinstitucional Agropolo Campinas-Brasil;



SHUTTERSTOCK

BIOECONOMIA NO BRASIL

VANTAGENS	OPORTUNIDADES	LIMITAÇÕES E DESAFIOS
• País megadiverso, com seis biomas distintos e abundância de água potável; • Forte em importantes áreas da bioeconomia: biotecnologia, bioenergia/ biorrefinarias e biodiversidade; • Agricultura tropical avançada; • Baixos custos da produção de biomassa; • Disponibilidade de importantes centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e empresas líderes em setores da bioeconomia.	• Nova fronteira para o desenvolvimento econômico sustentável; • Potencial elevado de criar empregos e renda, com base na aplicação de conhecimento e novas tecnologias, em especial com o uso da biodiversidade; • Impactos sobre vários segmentos da economia: alimentos, energia, saúde, farmacêutica, indústria química etc.	• Investimento em recursos humanos; • Investimento em infraestrutura para PD&I; • Avanço na proteção aos direitos de propriedade intelectual e de resultados de pesquisa; • Modernização do marco regulatório para aumentar a segurança jurídica.

- O instituto Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Inovação;

- O Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN);

- A parceria entre o Instituto Fraunhofer e o Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL);

- A Coordenadoria-Geral de Bioeconomia, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Com a abundância e a diversidade dos recursos naturais, a posição brasileira é privilegiada nesse novo mercado. A biodiversidade oferece vantagens comparativas de um país megadiverso, com a domesticação e a transformação dos recursos biodiversos em produtos inovadores valorizados pelo mercado, como fitoterapêuticos, cosméticos, frutas tropicais etc. Da mesma forma, tem-se a intensificação agroecológica, em especial nas agriculturas digital, de precisão e de baixo carbono, todas relacionadas a práticas agronômicas sustentáveis, que vêm sendo adotadas no País.

Na área industrial, temos a produção de biomassa para biocombustíveis, a química verde e os bioprodutos. Na saúde humana, as oportunidades estão na produção de biofármacos atualmente importados pelo Brasil e no desenvolvimento de tecnologias nas áreas terapêutica, farmacogenômica e nutracêutica. A cooperação internacional com países avançados na bioeconomia, como a Alemanha, será chave para o desenvolvimento tecnológico dessas áreas no País.

As nossas principais limitações estão associadas às questões ligadas a recursos humanos, infraestrutura para pesquisa e desenvolvimento, proteção aos direitos de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, investimentos e segurança jurídica nas relações contratuais.

O avanço e a consolidação da bioeconomia no Brasil passam pela elaboração de um plano estratégico nacional, com diretrizes e uma agenda de ações. Um Conselho Nacional, de caráter interinstitucional, é importante para fazer a formulação, a coordenação e o gerenciamento.

Na Europa, foi montado um Observatório, com o objetivo de disponibilizar informações atualizadas às autoridades e aos *stakeholders*. Isso ajuda no monitoramento do processo de implementação da estratégia definida pelo continente. ■

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA

IMPACTO SOBRE A COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO

THIAGO GUILHERME PÉRA

Coordenador técnico do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (ESALQ-LOG) da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

JOSÉ VICENTE CAIXETA FILHO

Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP e coordenador-geral do ESALQ-LOG

EXISTE A possibilidade de o Brasil ganhar espaço nas exportações para a China, o seu maior parceiro comercial, em função da sua briga comercial com os Estados Unidos. De acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2017 as exportações brasileiras para a China totalizaram US$ 47,488 bilhões, enquanto as importações de produtos chineses somaram US$ 27,321 bilhões. O superávit nacional foi de US$ 20,167 bilhões.

Para o País ampliar ainda mais a sua competitividade e absorver ganhos econômicos, será fundamental investir nessa logística. Uma análise da evolução da infraestrutura logística nacional e dos novos corredores de exportação parece ser oportuna. A atração de investimentos em infraestrutura logística é uma prioridade para o País.

As projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para o horizonte 2018-2027 apontam um volume de exportação crescente de milho, soja e carnes. Haverá significativa pressão em toda a infraestrutura logística do País, contemplando rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e armazéns.

ANÁLISE DA INFRAESTRUTURA SOB A ÓTICA DO AGRONEGÓCIO

As exportações de grãos pelo Arco Norte* brasileiro quintuplicaram, enquanto, no corredor tradicional dos portos do Sudeste, duplicaram e, nos portos do Sul, triplicaram. Em relação ao uso de modais alternativos ao rodoviário, a movimentação de grãos pelas hidrovias, no mesmo período, triplicou, enquanto, nas ferrovias, ficou perto de duplicar (89%).

Entre 2010 e 2017, enquanto a participação das exportações pelo Arco Norte passou de 15,1% para 26,2%, a produção nacional de grãos aumentou perto de 70%. Já a capacidade de armazenagem ficou com pouco mais da metade da produção, e as exportações de grãos triplicaram.

A frota rodoviária no País aumentou por volta de 26,9%. Para o período de 2010-2016, os investimentos em ferrovias cresceram 22,1%, enquanto, em hidrovias e rodovias, reduziram 45,0% e 1,8% respectivamente.

** Envolve as rodovias, as hidrovias e os portos da região dos portos do Norte (Itacoatiara, em Manaus-AM, Santarém, em Santarém-PA, e Barcarena, em Belém-PA) e do Nordeste (São Luís-MA e Salvador-BA). Existem duas integrações hidroviárias passando pelo rio Amazonas: uma pelo rio Tapajós, a partir de Itaituba-PA até Santarém ou Barcarena; e outra pelo rio Madeira, a partir de Porto Velho-RO até Itacoatiara, Santarém ou Barcarena*

De acordo com o ESALQ-LOG (2018), o custo estimado da logística do agronegócio em 2017 foi da ordem de R$ 120 bilhões, tendo sido R$ 105 bilhões gastos com a atividade de transporte e R$ 15 bilhões com a atividade de armazenagem e estoque. Fica bastante evidente a importância da fatia do custo de transporte no segmento do agronegócio.

PAPEL DO ESTADO

No contexto atual, a grande prioridade do Estado é criar condições seguras para atrair investimentos em infraestrutura logística no País. Com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limita os gastos do Governo, as concessões e as parcerias público-privadas são vitais para os aportes financeiros em projetos de desenvolvimento.

O investimento em infraestrutura logística no agronegócio é condição *sine qua non* para o desenvolvimento econômico nacional. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste carecem de inversões para ampliar em qualidade e quantidade a movimentação de cargas do agronegócio de forma competitiva e econômica.

Prontos para sair do papel, há uma série de bons projetos de logística no setor, tais como a Ferrovia Norte-Sul, a Ferrogrão e a Ferrovia Paraense. E há, ainda, a ampliação do complexo portuário do Norte e a pavimentação e a duplicação da BR-163.

Além disso, para que se possa de fato ganhar competitividade no agronegócio nesse cenário de aumento de exportações para a China, há por fazer a melhoria das estradas vicinais e a ampliação da capacidade de armazenagem dentro e fora da fazenda.

No entanto, um entrave importante pode ir na contramão do aumento das exportações brasileiras: o impacto da nova política de preço mínimo de frete sobre o custo de transporte e sobre a redução da competitividade do agronegócio brasileiro. ■

INDICADORES DA INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO DE GRÃOS NO BRASIL

(BASE: 2010 = 1,00)

INDICADORES	2011	2013	2015	2016	2017	Crescimento	
						2010-2016	2010-2017
Produção de grãos	1,06	1,31	1,45	1,30	1,70	29,9%	69,9%
Capacidade de armazenagem	1,10	1,17	1,29	1,38	1,41	38,2%	41,4%
Exportação de grãos	1,06	1,74	2,09	2,59	3,42	158,6%	241,7%
Exportação: corredor tradicional (Sudeste)	0,99	1,75	1,86	2,00	2,34	99,6%	134,2%
Exportação: corredor tradicional (Sul)	1,12	1,78	1,98	2,80	3,62	179,6%	261,7%
Exportação: corredor Arco Norte	1,13	1,62	3,04	3,71	5,91	270,5%	491,1%
Movimentação hidroviária de grãos	1,29	1,69	1,87	2,33	3,86	133,2%	286,1%
Movimentação ferroviária de grãos	1,02	1,35	1,49	1,25	1,89	24,8%	88,9%
Frota rodoviária	1,06	1,16	1,23	1,25	1,27	25,2%	26,9%
Investimento* em rodovias	1,14	0,94	0,97	0,98	–	-1,8%	–
Investimento* em ferrovias	1,15	1,07	1,70	1,22	–	22,1%	–
Investimento* em hidrovias	1,15	0,34	0,47	0,55	–	-45,0%	–

* Referem-se aos investimentos públicos federais e privados realizados no País
Fonte: organizado pelos autores com base em ANTT (2018), ANTAQ (2018), SECEX (2018), IBGE (2018), DETRAN (2018) e MTPA (2017)

PERDAS E DESPERDÍCIO NA CADEIA

O CASO DA SOJA BRASILEIRA

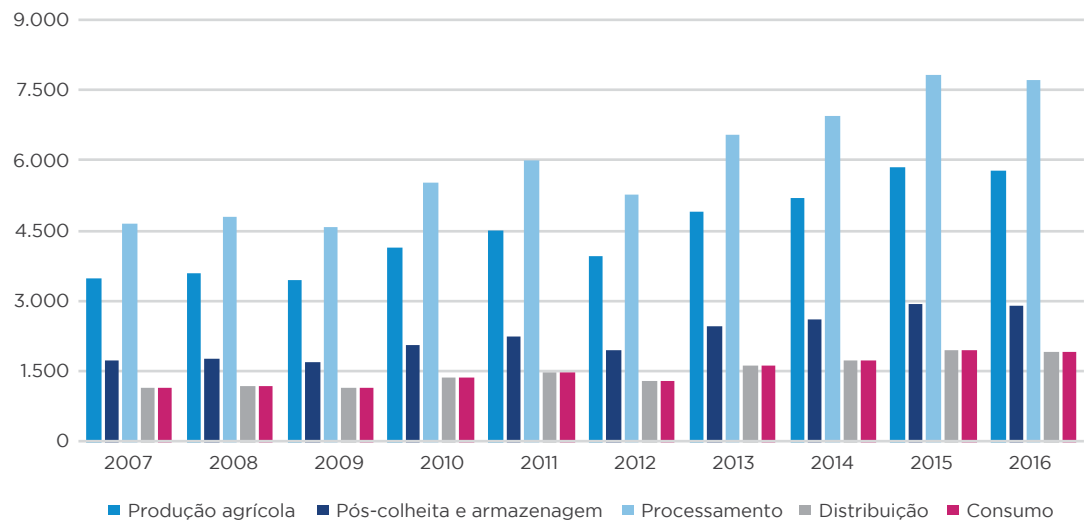
GIANA DE VARGAS MORES[1] BRUNO RÓGORA KAWANO[2]
ROBERTO FRAY DA SILVA[3] RAQUEL BERNARDON TOIGO GIEHL[4]
HOMERO DEWES[5]

DENTRE OS diversos desafios do gerenciamento de cadeias de suprimentos, é necessário observar a necessidade de se minimizarem as perdas e o desperdício de produtos, tanto nas etapas de colheita e processamento, quanto nas de transporte, armazenagem e consumo. Um uso mais eficiente dos recursos naturais e uma maior segurança alimentar são os principais fatores que estão relacionados a essa demanda, além de impactos diretos sobre a lucratividade dos agentes da cadeia. Estima-se que 1 bilhão de pessoas poderia ter acesso a alimentos caso as perdas e o desperdício de produtos alimentícios fossem reduzidos pela metade.

Em 2017, o Brasil produziu cerca de 114 milhões de toneladas de soja, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, com 117 milhões de toneladas, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A cadeia de soja pode ser dividida em mercado doméstico (representado especialmente pelo processamento) e exportação (especialmente a exportação do grão *in natura*). O processamento da soja gera 21% de óleo (dos quais, cerca de 77% seguem para o mercado doméstico) e 79% de farelo (sendo que cerca de 48% destes são escoados para o mercado doméstico (ração animal)).

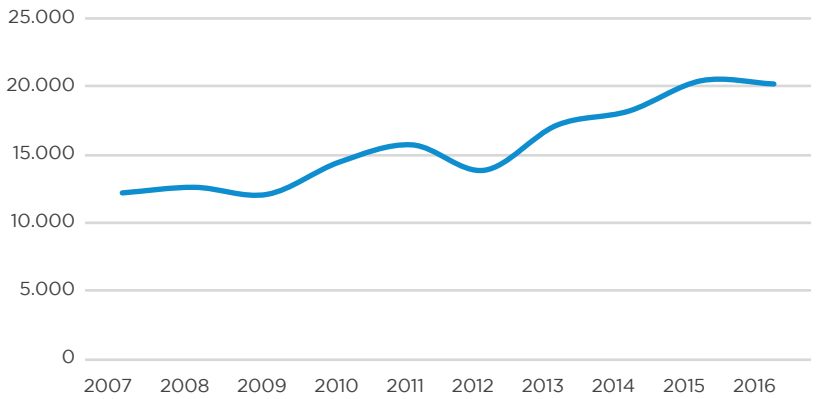
Ainda segundo dados da Conab, as perdas na cadeia de soja atingem entre 5% e 10% da produção anual. Em face disso, objetivou-se estimar as perdas e o desperdício na cadeia de soja brasileira no período de 2007 a 2016. Os dados foram coletados na divisão de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

PERDAS E DESPERDÍCIO EM CADA ELO DA CADEIA DE SOJA BRASILEIRA
(MIL TONELADAS)



Fonte: estimativa apontada pelos autores a partir de dados da Conab

TOTAL DE PERDAS E DESPERDÍCIO NA CADEIA DE SOJA BRASILEIRA
(MIL TONELADAS)



Fonte: estimativa apontada pelos autores a partir de dados da Conab

(FAO)*. Concluiu-se que, no período em questão, a produção de soja cresceu de 57,85 milhões para 96,29 milhões de toneladas, enquanto as perdas da cadeia aumentaram de 12,15 milhões para 20,22 milhões de toneladas.

O gráfico da página anterior ilustra a estimativa das perdas e do desperdício ao longo da cadeia de suprimentos de soja brasileira, com o volume estimado para cada elo da cadeia, de 2007 a 2016. As principais perdas ocorrem nas etapas de processamento (38,10% do total de perdas em 2016), de produção agrícola (28,57% do total de perdas em 2016) e de pós-colheita e armazenagem (14,29% do total de perdas em 2016). A distribuição e o consumo atingiram o mesmo percentual de perdas e desperdício em 2016: 9,52% do total.

Com relação às formas de mitigar essas perdas, é possível citar: o melhoramento genético das variedades de soja para melhor adaptá-las às condições de operação; a melhoria dos equipamentos de processamento e transporte e do acompanhamento da armazenagem do produto; e o uso de indicadores que permitam acompanhar a porcentagem de perdas de produto, fornecendo informações úteis aos tomadores de decisão.

Portanto, a partir desse estudo, uma diminuição na porcentagem de perdas na cadeia de suprimentos de soja vem sendo observada. Todavia, as perdas ainda são consideravelmente elevadas nos elos de processamento, produção agrícola (tanto na produção, quanto na colheita), pós-colheita e armazenagem se comparadas aos valores estimados na literatura para a América Latina. É importante adotar formas de redução dessas perdas para permitir um aumento da competitividade do setor, além de contribuir para a segurança alimentar mundial e uma maior eficiência no uso dos recursos naturais, uma vez que o Brasil é um dos maiores produtores e exportadores de alimentos do mundo. ■

* **Com base em Gustavsson *et al.* (2011)**

1 Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)

2 Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC)

3 Pesquisador do Laboratório de Automação Agrícola (LAA) e do Laboratório de Engenharia do Conhecimento (KNOMA) da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli/USP)

4 Mestra em Administração de Negócios pela Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

5 Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)



Pela 7ª vez consecutiva,
somos a 3ª instituição financeira
em crédito rural no ranking
Melhores e Maiores da revista EXAME.



Ao todo, fomos reconhecidos em 14 categorias.
Um resultado que mostra nossa força e nosso compromisso com o desenvolvimento das regiões onde atuamos.
É mais um incentivo para continuarmos fazendo a diferença na vida financeira dos nossos mais de 3,8 milhões de associados.

sicredi.com.br

SAC - 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala** - 0800 724 0525. **Ouvidoria** - 0800 646 2519.

Sicredi

CONSUMO CONSCIENTE

NOVAS TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO

BRUNO PEROSA

Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERIUFU)

A ESCOLHA dos consumidores sempre esteve limitada por sua capacidade de reconhecer os atributos dos produtos disponíveis. Da doçura de uma fruta ao uso de trabalho infantil na produção, consumidores têm suas escolhas condicionadas pela disponibilidade de informações relevantes sobre o processo produtivo dessas mercadorias.

Ao longo do tempo, desenvolveram-se mecanismos de monitoramento que permitissem aos consumidores distinguir a presença de atributos relevantes. Nesse sentido, o uso de padrões a serem seguidos por produtores permitiu o desenvolvimento de certificações que guiavam o consumo de forma mais consciente.

Mas, qual é a vantagem de utilizar padrões em vez de fiscalizar cada atributo de maneira isolada? A primeira resposta está claramente vinculada aos custos. Ao estabelecer um padrão considerando um conjunto de critérios relevantes, é possível minimizar os custos de monitoramento, desenvolvendo um protocolo de verificação unificado. Imagine o quanto custaria fazer uma inspeção para verificar cada atributo importante.

Outra vantagem de custo do padrão está na transmissão dessa informação aos consumidores. Isso permite que sejam resumidas várias características relevantes em um único selo. Do contrário, as embalagens pareceriam-se com uma lista telefônica, com uma grande variedade de selos representando o cumprimento individual de vários atributos.

Contudo, a padronização apresenta desvantagens. Uma primeira está no limite que existe à customização do monitoramento à necessidade de cada consumidor ou produtor. Ao escolher qual padrão utilizar, produtores e consumidores buscam aqueles que melhor atendem suas necessidades.

Daí surge o questionamento de como se poderia contornar essa limitação dos padrões e buscar mecanismos de monitoramento mais customizados, mas economicamente factíveis. Uma possibilidade está na tecnologia da informação.

Um exemplo interessante são os *QR codes*, que podem ser entendidos como selos individualizados que dão acesso a informações relevantes sobre os produtores e o processo produtivo. O simples uso de um *app* de celular permite acessar inúmeras informações a um custo reduzido, criando uma linha de comunicação entre produtores e consumidores.

Obviamente, a veracidade dessas informações é questionável, e sua verificação demanda instrumentos adicionais e, também, custosos. Assim, apesar de representar um caminho para facilitar a transmissão de informações, o uso de tecnologias também esbarra no desafio de viabilizar instrumentos de monitoramento de baixo custo para garantir a veracidade das informações ali transmitidas.

Uma opção é utilizar de forma integrada diversas bases de informação disponíveis, de forma a "verificar" as informações disponibilizadas por produtores. O uso de imagens de satélite ou mesmo dados disponibilizados junto a plataformas públicas, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), poderia auxiliar a garantir a veracidade das informações.

O desenvolvimento de ferramentas de monitoramento baseadas na tecnologia da informação não irá eliminar os atuais mecanismos de certificação disponíveis. Ainda assim, é inegável o potencial da tecnologia para transformar o mercado de certificações e permitir um monitoramento mais completo e eficiente da produção agrícola. ■



QUARTETTO

CACAUICULTURA

PLANO DE CRESCIMENTO 2028

GIGANTE ADORMECIDO



EDUARDO BASTOS
Diretor executivo da Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau (AIPC)

Somos uma potência agroambiental peculiar, cantada em prosa e verso, mas com uma participação tímida em todos os fóruns mundiais do cacau. Estamos posicionados como o terceiro maior produtor de alimentos, fibras e energia do mundo. A cada ano, aproximamo-nos dos Estados Unidos, o segundo maior. Quando tomamos uma *commodity* agrícola, provavelmente o Brasil figura entre os cinco maiores produtores, senão entre as três maiores regiões produtoras. Além das óbvias condições naturais favoráveis, como água, sol e terra, muito se fala do empreendedorismo dos nossos produtores rurais e de todos os agentes que os cercam antes e depois da porteira. Essa realidade fica evidente a qualquer um que se permita conhecer este País incrível.

É interessante como, às vezes, ao mesmo tempo, as dimensões colossais brasileiras nos trazem desafios e oportunidades. Recentemente, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) divulgou um estudo acerca da nossa área protegida com reservas naturais, equivalente à área conjunta de 48 países na Europa. Cerca de dois terços do território nacional ainda seguem preservados, e, destes, um quarto está nos imóveis rurais. Ninguém preserva tanto quanto o produtor. O mais admirável é o estoque enorme de áreas já convertidas, das quais algumas em estado de degradação. Isso

mostra que podemos crescer sem desmatar 1 só hectare de áreas nativas.

Já no cenário internacional, fica clara a hegemonia do continente africano na cacauicultura: Costa do Marfim, Gana, Nigéria e Camarões somam 73% da produção mundial. Se acrescentarmos mais a Indonésia (6%) e o Equador (6%), a participação sobe para 85% da produção de amêndoas na última safra (2017/18). Ficamos em um modesto sétimo lugar, com pouco mais de 4%. Mas, nada está garantido no futuro. Um dos maiores desafios aos produtores na África está em manter os jovens no campo, seja pelas condições mais adversas na qualidade de vida, seja pelo baixo potencial de crescimento; a maioria das lavouras não tem mais de 5 hectares, difícil para sustentar uma família, não raro com quatro ou mais pessoas.

E aí está, novamente, o nosso diferencial. Temos, por exemplo, os pequenos produtores do Tuerê, no município de Novo Repartimento, no estado do Pará. Cada produtor possui em torno de 50 hectares, sendo pouco mais de 10 hectares dedicados ao cultivo de cacau. Em poucos anos de intervenções, acompanhadas de uma coalizão de atores interessados, os produtores passaram de rendimentos anuais na faixa de R$ 250,00 por hectare para mais de R$ 2.500. O incremento foi expressivo, de dez vezes!

Pensemos nisso em uma região com colonos, vindos de todos os cantos do País para desbravar a terra na década de 1980. Estivemos lá, dormimos em camas simples e tomamos banho de chuveiro frio, mas a comida veio quentinha do fogão à lenha... Ainda falta o básico, como saneamento, luz, asfalto, dentre outros, mas ficamos convencidos da sobra de vontade. Com políticas de assistência técnica e acesso ao mercado, assistiremos, certamente, a uma revolução. Vimos produtores e filhos trabalhando juntos nesses lotes – gente batalhadora e perseverante; um potencial enorme desse gigante às vezes adormecido.

Não sairemos dessa situação apenas com planos mirabolantes e promessas típicas deste momento eleitoral. É preciso foco, muito trabalho e bons parceiros. O mundo pede a nossa ajuda. Precisaremos crescer a nossa produção de alimentos em mais de 40% na próxima década. Esta demanda é dada por organismos internacionais renomados como o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, também na sigla em inglês) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Estamos certos de que somente com uma coalizão forte, comprometida por atores e com voz e poder para ajudar, chegaremos aos nossos objetivos não só com o cacau, mas com o País.

O Brasil merece, e o mundo precisa.

NOVAS FRONTEIRAS PARA A SUSTENTABILIDADE

TIM MCCOY
Vice-presidente de Relações Internacionais & Com Membros da Fundação Mundial do Cacau (WCF, na sigla em inglês)

Nos dias 24 e 25 de outubro de 2018, executivos de empresas de cacau e chocolate, representantes de governos, líderes da sociedade civil e produtores de cacau de várias partes do mundo reunir-se-ão, em São Paulo, para a conferência anual de sustentabilidade da WCF, conhecida como Partnership Meeting. O tema do evento será "As Novas Fronteiras de Sustentabilidade do Cacau", com palestrantes especialistas tanto de países produtores, quanto de consumidores de cacau – incluindo o Brasil, é claro –, que estarão juntos para discutir avanços rumo a uma cadeia de valor sustentável de cacau.

Por que a WCF escolheu o Brasil para a Partnership Meeting – que é o nosso maior evento do ano – e por que nós selecionamos o tema "Novas Fronteiras"? O Brasil é uma potência global em agricultura tropical e, possivelmente, o antigo berço do *Theobroma cacao*. Nós estamos inspirados pelos

modelos inovadores de produção que estão começando a aparecer no País, pela história incrivelmente rica do cacau brasileiro e as suas raízes na Bacia Amazônica e pela marca duradoura que o cacau tem na vida de tantos brasileiros, especialmente na Bahia e no Pará.

O cacau, com o seu potencial de cultura agroflorestal, também pode ajudar o Brasil e a indústria de cacau e chocolate a atingirem algumas das metas ambientais que temos em comum. O Brasil é um produtor importante e, ao mesmo tempo, possui um grande mercado doméstico para cacau e chocolate. E nós temos que reconhecer que o setor cacaueiro brasileiro enfrenta desafios também encontrados em outros países, como baixa produtividade (em algumas áreas), renda insuficiente do produtor e ameaça de pragas e doenças.

A WCF acredita que a chave para "destravar" o potencial do setor do cacau brasileiro é uma maior colaboração entre todos os membros da cadeia de valor. Esta é a abordagem que nós temos perseguido com sucesso em outros países produtores de cacau importantes, desde a nossa criação em 2001. Como uma organização sem fins lucrativos, formada por membros, nós aproveitamos experiências únicas e o conhecimento de mais de cem empresas de cacau e chocolate do mundo todo e trazemos estas perspectivas para o nosso diálogo com governos, entidades da sociedade civil, produtores e muitos outros parceiros. Nossa visão é a de um setor cacaueiro próspero, em que produtores prosperam, as comunidades de cacau são empoderadas, os direitos humanos são preservados e o ambiente, conservado. A Partnership Meeting, o único evento global liderado pela indústria focado em sustentabilidade do cacau, é um exemplo de como estamos buscando atingir uma transformação na cadeia de cacau. Estamos ansiosos pela famosa hospitalidade brasileira e por uma rica troca de experiências em outubro!



QUARTETTO

CocoaAction BRASIL



PEDRO RONCA
Gerente da P&A Consultoria

A CocoaAction BRASIL é uma iniciativa colaborativa pré-competitiva que busca unir a cadeia de cacau para discutir temas relevantes em sustentabilidade, colaborando para que as empresas do setor privado trabalhem junto aos outros membros da cadeia de valor, unindo esforços rumo a objetivos comuns.

No Brasil, a CocoaAction começou em março de 2018, com o apoio das empresas Barry Callebaut, Cargill, Dengo, Mars, Nestlé e Olam, sendo construída em parceria com a AIPC e a Associação Brasileira da Industria de Chocolates, Amendoim e Balas (ABICAB), representantes de quatro Ministérios, cinco Secretarias de Agricultura e Serviços de Extensão dos principais estados produtores, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Centro de Inovação do Cacau (CIC), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Cacau, certificadoras e outras entidades relevantes. A estrutura de governança da iniciativa já foi criada, e discussões sobre prioridades e ações futuras estão em andamento.

A iniciativa tem duração prevista de cinco anos e planeja, ao longo deste período, incluir outras empresas do setor de cacau e chocolate e aprofundar o engajamento institucional a fim de aproximar e estreitar parcerias entre os diferentes elos da cadeia.

PROTAGONISMO DA BAHIA E DO PARÁ

Em 1989, a praga vassoura-de-bruxa quase devastou a produção cacaueira, trazendo graves efeitos socioeconômicos e ambientais para as regiões de cultivo. Entre as safras 1990/91 e 2000/01, a produção de cacau na Bahia caiu de 356 mil para 98 mil toneladas. Foi com a contribuição da tecnologia que o controle da doença da fruta foi possível, desenvolvendo-se variedades tolerantes ao fungo.

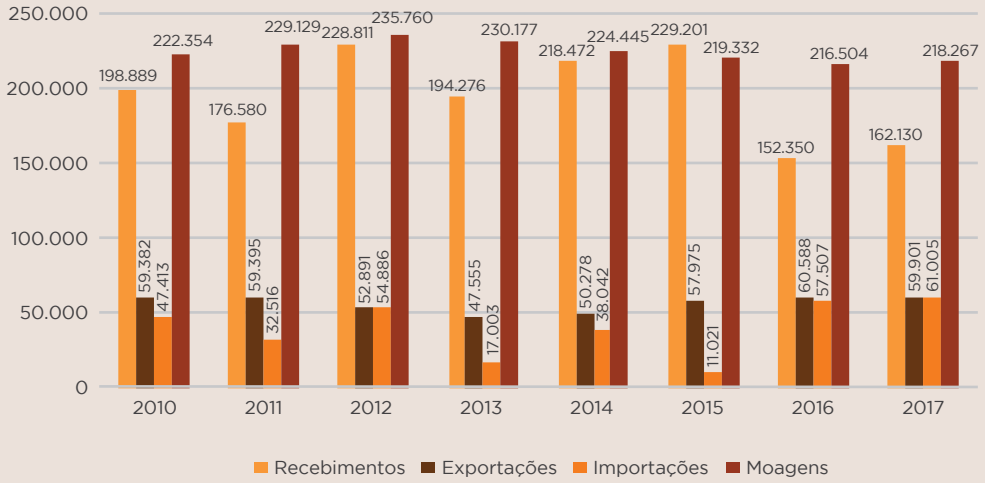
A produção de cacau da Bahia possui a safra considerada principal, que vai de outubro a janeiro, mais a safra chamada pelos produtores de "temporã", cuja colheita vai de maio a setembro e que registrou 36.876 toneladas em 2017. Foi a segunda pior produção de cacau da história desde que as safras da amêndoa foram divididas em duas, em 1958.

Os números do analista de mercado Thomas Hartmann apontam que o estado não amargava uma produção tão baixa desde a desastrosa safra de 1962/63, com 33.426 toneladas. Depois de uma colheita de 94.374 mil toneladas em 2015, a colheita também já tinha sido baixa, com 43.374 toneladas. Essa redução por dois anos consecutivos já era esperada pelos produtores. Desde setembro de 2015, a lavoura de cacau sofreu uma estiagem prolongada, considerada a pior dos últimos trinta anos, com graves sequelas para as lavouras. Cerca de 25% dos cacaueiros morreram. E as plantas sobreviventes precisarão de um tempo para retomarem seu estado fisiológico ideal, até que voltem a produzir normalmente.

Esse desempenho negativo fez a Bahia perder a liderança na produção de cacau em grão do País. Em 2016, pela primeira vez na história, o Pará consolidou-se como o maior produtor brasileiro e, desde então, ocupa o topo do *ranking*. A recuperação da produção baiana dependerá das condições climáticas, com chuvas abundantes para recompor os lençóis freáticos da região sul do estado. Se o clima permanecer estável, é provável que, no próximo ano, tudo esteja normalizado.

A safra de 2018/19 pode devolver à Bahia o título de ser o maior estado produtor de amêndoa. A área plantada no baixo sul, no sul e no extremo sul do estado caiu de 555 mil hectares para 440 mil entre 2006 a 2017. Essa diminuição é de 21,0%, o

BRASIL: RECEBIMENTOS, EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E MOAGENS DE AMÊNDOAS DE CACAU
(EM TONELADAS)



Fonte: AIPC

correspondente a 88,8 mil toneladas. Essa região dispõe de 370 mil hectares para a implantação de cacau. No ano passado, dali saíram 89 mil toneladas do fruto, o correspondente a quase 60% da produção nacional. Esses números são do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com a regularização das chuvas no sul do estado, após três anos de seca, a produção pode chegar a 45 arrobas por hectare de cacau, o triplo da média nacional. O processo de produção também melhorou, com plantio consorciado, conservação de florestas e redução do desmatamento. O sistema cabruca* ajuda a preservar as árvores nativas da Mata Atlântica e garante o sombreamento dos cacaueiros. Com a evolução da tecnologia, a produção aumentará ainda mais.

A produção de cacau no estado do Pará mais do que dobrou de 2010 a 2017, de 64 mil para 132 mil toneladas. O crescimento médio foi de 9 mil toneladas por ano. Nesse período, a área plantada pulou de 110 mil para 160 mil hectares. Essa trajetória ascendente deve prevalecer nos próximos anos. A sua produtividade média por hectare é de 916 quilos, enquanto, na Bahia, é de 500 quilos.

No Brasil, devido a novas exigências do mercado, mudanças voltadas à qualidade do produto, com pagamentos de prêmios, estão em curso na comercialização do cacau. Os chocolates com alto teor de cacau e o conceito de "cacau de origem", por exemplo, compõem um segmento em plena expansão.

Tomando por base a comparação de janeiro a julho de 2018 com 2017, os recebimentos, as exportações, as importações e as moagens de amêndoas de cacau variaram, respectivamente, em 29,2%, -59,2%, 9,7% e -0,5%. Analistas de mercado preveem uma produção de cacau entre 170 mil e 180 mil toneladas. A capacidade nacional de moagem é de 275 mil toneladas. Um levantamento sistemático da produção divulgado em julho pelo IBGE prevê uma produção de 230,4 mil toneladas de amêndoas de cacau contra 214,3 mil toneladas no mesmo mês de 2017.

* Produção ecológica de cultivo agroflorestal baseada na substituição de estratos florestais por uma cultura de interesse econômico implantada no sub-bosque de forma descontínua e circundada por vegetação natural, não prejudicando as relações mesológicas com os sistemas remanescentes

PLANO DE CRESCIMENTO PARA 2028

Representantes da AIPC estiveram com o ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, em 21 de agosto. O motivo do encontro foi apresentar um plano de crescimento da cacauicultura no País. A pretensão é aumentar a produção anual no horizonte de 2028, do patamar atual de 180 mil para 400 mil toneladas. Isso significa retornar às quantidades produzidas na década de 1980 pelo estado da Bahia. Naquela época, o Brasil era o maior produtor mundial do produto.

O documento entregue ao ministro solicita apoio para a ampliação da assistência técnica e de investimentos para pequenos e médios produtores da região amazônica e de parte de Mato Grosso voltados para o aumento da produção. "Por ser uma planta nativa do bioma amazônico, não há problemas de desmatamento. Além do mais, existe uma experiência de sucesso na Bahia, de integração do cacau com a floresta", comentou Juvenal Cunha, diretor da CEPLAC.

SOLUÇÃO PARA ENDIVIDAMENTO

De acordo com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a dívida bruta acumulada ao longo dos últimos vinte anos pelos 18 mil produtores da cacauicultura baiana soma R$ 2,5 bilhões. Os credores são o Banco do Brasil (BB) e o Banco do Nordeste (BNB). Em 1998, parte desses empréstimos foram renegociados no Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA). Agora, os agricultores pedem para o Tesouro reconhecer o valor original das operações realizadas no Plano de Renovação da Lavoura Cacaueira (PRLC), e não no PESA. Outra proposta é a de se conseguirem os mesmos benefícios dos pequenos produtores do semiárido na Medida Provisória (MP) nº 842, com a inclusão da emenda da senadora Lídice da Mata (PSB/BA). ■

QUARTETTO





ALBERT CABALLÉ MARIMÓN

O CONGRESSO ANDAV CRESCE EM SUA OITAVA EDIÇÃO

UNIÃO PERFEITA ENTRE EXPOSIÇÃO E FÓRUM

COM UM público de 5.140 pessoas entre expositores, visitantes e congressistas, a presença de 85 marcas – 16% acima do ano passado – e mais de 50 lançamentos de produto, o evento aconteceu de 13 a 15 de agosto, em São Paulo. Na abertura do Fórum, com a participação de 890 pessoas, o presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV), Antônio Henrique Botelho Lima, destacou a importância do setor na área logística, no combate a produtos ilegais e na maior segurança contra roubos.

Na palestra magna, Wilson Vaz de Araújo, secretário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/MAPA), apontou um cenário confortável para a agricultura brasileira, com perspectivas de crescimento. Na agricultura empresarial, o Governo deve diminuir a subvenção e a iniciativa privada deve assumir o papel junto ao mercado. Trata-se de um processo lento, que precisa de estratégia definida para diversificar as fontes de financiamento e fortalecer o seguro rural, com um plano agrícola plurianual.

A palestra do economista Ricardo Amorim trouxe uma visão otimista para o cenário desafiador e difícil apresentado pelo mercado atualmente. A recente greve dos caminhoneiros acarretou perdas, mas é um fenômeno passageiro. Temos, ainda, a alta na taxa de juros nos Estados Unidos e o quadro das eleições gerais no País. Estamos diante de uma grande oportunidade, com a economia em rota de recuperação, puxada pelo agro.

Com uma palestra motivacional sobre como o pensamento positivo é fundamental para aumentar a produtividade e transformar negócios, Geraldo Rufino, ex-catador de lixo que se tornou

empresário, destacou a importância de olhar a parte que funciona, porque as coisas dão mais certo do que errado.

O 1° Encontro das Mulheres da Distribuição teve programação especial focada na atuação das mulheres na distribuição de insumos agropecuários. Apesar de ter predomínio masculino, o setor apresenta forte presença feminina nos últimos anos. A palestra de Isabela Colagrossi, gerente de Imagem Corporativa do Kleffmann Group, mostrou que 70% das mulheres atuam dentro das propriedades em cargos administrativos, com a conclusão de que "competência não tem gênero".

O jornalista Claudio Henrique dos Santos, escritor do livro "O Macho do Século XXI" – que vai se transformar em filme – contou, de forma humorada, a experiência de abandonar a sua própria carreira a fim de acompanhar a esposa numa transferência de trabalho para o exterior e, assim, transformar-se num "dono de casa".

INOVAÇÕES E CASOS DE NÃO CONSOLIDAÇÃO

Guilherme Dal Lago, da Raízen, trouxe ao público a *expertise* do Pulse Hub de Inovação, promotor de novas tecnologias. Fernando Mesquita, membro do Conselho de Administração do Grupo O Estado de S. Paulo, da quarta geração da família gestora do grupo, contou como sobreviver sem entrar na onda da consolidação. Para Fernando Cunha, diretor da Renova, toda empresa precisa inovar sempre.

O *coach trainer* Ricardo Ventura apresentou a técnica de como entender, seduzir e atacar o cliente de modo a praticar o conceito expresso pela palavra francesa "*rapport*", que significa estar em sintonia e empatia com a pessoa.

Três referências da distribuição falaram sobre boas práticas de gestão no trabalho dos distribuidores: Luis Fernando Gastaldi, da ANDAV Paraná, narrou

ALBERT CABALLÉ MARIMÓN



3ª PESQUISA NACIONAL DA DISTRIBUIÇÃO

A pesquisa, que contou com a supervisão do Kleffmann Group, teve participação de 60% dos associados da ANDAV. Fernando Abrão, diretor da ANDAV, disponibilizou os números coletados em 2017, que traduzem a força do distribuidor agropecuário brasileiro. Os principais resultados foram:

- 84% dos respondentes eram diretores das empresas;
- O faturamento total das empresas pesquisadas foi de R$ 104 bilhões;
- 59% das revendas possuem filiais (53% pensam em abrir novas filiais);
- 12% fazem parte de algum grupo econômico;
- 66% realizam projetos ambientais e/ou sociais;
- 83% possuem armazéns próprios (89% destas realizam *barter*);
- 85% têm plano de investimento e 78% estão abertas a investimentos externos.

como o seu estado conseguiu unir-se por meio da ANDAV; Alberto Yoshida, sócio da Yoshida & Hirata, falou da sua experiência relacionada à gestão; e Oswaldo Abud Rocha Filho, presidente da AgriRede, mostrou o modelo de gestão eficiente com a criação de uma central de negócios que reúne distribuidores agrícolas em busca de competitividade.

Bernardo de Souza Madeira, especialista em *blockchain*, apontou a chegada da tecnologia em operações dos distribuidores. Fez parte do conteúdo da palestra uma abordagem de como começar um projeto e desenvolver contratos inteligentes, soluções e modelos de implementação.

DESAFIOS NO SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

Ricardo Fialkovits, diretor da South America Connection, discorreu sobre a necessidade de manter um ambiente colaborativo, adotar uma estrutura organizacional clara, com indicadores de resultados monitorados, ter visão de futuro definida e separar o patrimônio familiar e o da empresa. Luis Rasquilha, CEO da Inova Consulting e da Inova Business School, reforçou a importância da inovação para o setor de distribuição e o futuro do setor entre 2020 e 2030, com destaque para o poder da tecnologia e da conectividade. Marcio Ballas, ator, diretor, palhaço e dramaturgo, trouxe muita descontração e foco para o importante tema que é a criatividade.

TENDÊNCIAS PARA O FUTURO

O VIII Congresso ANDAV – Fórum & Exposição foi palco de grandes lançamentos da indústria e das empresas de serviços do agronegócio. A área de exposição foi marcada pela proposta de inovar na gestão com o emprego de novas tecnologias e com a evolução dos produtos da indústria. Estavam presentes comitivas de praticamente todos os estados agrícolas do País e de países como China, Estados Unidos e membros da União Europeia.

Entre algumas novidades e atividades apresentadas, destacaram-se o celular cuja tela oferece ao produtor agrícola melhor monitoramento e precisão sobre o clima, os fungicidas para controle de doenças a serem aplicados já na safra de verão 2018/19 e o anúncio do início das atividades da primeira mina de potássio no Brasil. Já entre os lançamentos das inovações tecnológicas, destacaram-se as propostas de melhorias de gestão, os programas de relacionamento, as soluções em logística e transporte customizadas, as plataformas *online*, os aplicativos personalizados para o setor, as linhas de crédito exclusivas, entre outros. ■

PATROCÍNIO E APOIO INSTITUCIONAL

O evento contou com patrocínio máster da Syngenta e patrocínio bronze da Corteva, além do apoio institucional de importantes entidades, como: Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG); Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio); Associação Brasileira da Indústria de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA); Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim); Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia em Nutrição Vegetal (Abisolo); Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Associação dos Distribuidores de Insumos Agrícolas do Estado de São Paulo (ADIAESP); Associação de Distribuidores de Insumos Agrícolas do Cerrado (ADICER); Associação dos Distribuidores de Insumos Agrícolas do Centro-Oeste e Sul de Minas (Adicosul); Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP); Associação de Engenheiros Agrônomos do Tocantins (AEATO); Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos (AENDA); Conselho Estadual das Associações das Revendas de Produtos Agropecuários do Estado de Mato Grosso (CEARPA); Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG); e Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef).

PRÓXIMO EVENTO: IX CONGRESSO ANDAV – FÓRUM & EXPOSIÇÃO, DE 12 A 14 DE AGOSTO DE 2019

ALBERT CABALLÉ MARIMÓN




caixa.gov.br/creditorural
CRÉDITO RURAL CAIXA
O CRÉDITO CERTO
NO TEMPO CERTO
Nada como um parceiro de verdade na hora em que você mais precisa. Para isso, existe o Custeio CAIXA, com taxas especiais de até 7% a.a.* e análise imediata para valores até R$ 500 mil**. Confira também as condições para as linhas de estocagem e comercialização. Converse com o gerente.
EXPERIMENTE A CAIXA
CAIXA
SAC CAIXA – 0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva
ou de fala – 0800 726 2492
Ouvidoria – 0800 725 7474
facebook.com/caixa | twitter.com/caixa
caixa.gov.br
* Taxa de juros para Recursos Obrigatórios.
** Exclusivo para Custeio Agrícola.
Crédito sujeito a aprovação.



AGROPECUÁRIA BRASILEIRA EM RISCO

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



A AGROPECUÁRIA brasileira passou, nos últimos dois anos, por muitas dificuldades, a começar pela operação deflagrada pela Polícia Federal denominada Carne Fraca, que apurou uma denúncia contra as maiores empresas alimentícias, que, supostamente, comercializavam carne estragada, alterando datas de vencimento e maquiando o aspecto com a utilização de produtos químicos.

Apesar da classe pecuarista não ter qualquer participação na conduta, a investigação abalou a imagem do setor e o consumo foi reduzido em razão da enorme repercussão negativa divulgada em todas as mídias.

Com o setor buscando a sua recuperação, fomos surpreendidos, no início do ano, com a notícia de que a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), instigada por ativistas, havia determinado a suspensão das operações de embarque de carga viva.

Assim que tomamos conhecimento da medida, encaminhamos ofícios às autoridades demonstrando a nossa preocupação com o ato de proibição, bem como promovemos reuniões com a nossa Comissão de Bovinocultura de Corte buscando unir todos os argumentos esclarecedores do equívoco da proibição.

A CODESP, ao ser acionada por muitas entidades – entre elas, a FAESP –, reconsiderou a medida, liberando a exportação, mas, infelizmente, o tema foi levado ao poder Judiciário. Associações de ativistas promoveram uma ação pleiteando liminarmente a suspensão da exportação e obtiveram êxito na obtenção da liminar em primeira instância, mas ela logo foi cassada pelo Tribunal.

No mesmo período, ocorreu a sanção da lei do município de Santos estabelecendo a proibição da exportação de carga viva, mas, felizmente, tal decisão foi combatida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) no Supremo Tribunal Federal (STF) e, liminarmente, foi suspensa, com fundamento na inconstitucionalidade de sobreposição de competência legislativa em matéria atinente a exportação.

Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), outra frente a favor da proibição é o Projeto de Lei (PL) nº 31/18, que está em tramitação. A FAESP, na defesa dos pecuaristas, sustentou, entre outros argumentos, a necessidade da realização de audiência pública para subsidiar os parlamentares sobre o tema. Ocorreram manifestações, e o PL teve a sua votação, por ora, adiada.

É importante ressalvar que toda operação de exportação é assistida por órgãos reguladores federais e estaduais no âmbito da defesa sanitária animal. O monitoramento é realizado desde a recepção dos bovinos nos estabelecimentos de pré-embarque até o embarque nos portos. Ademais, a nossa legislação atende as normas de bem-estar animal definidas internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

Por tudo que foi exposto, defendemos que não se pode punir toda a cadeia produtiva por casos específicos de desrespeito à legislação vigente, devendo estes serem punidos pontualmente. O que necessitamos é fortalecer a agropecuária brasileira, que, por anos a fio, vem suportando pesadas exigências legislativas e, mesmo assim, tem conseguido se sobressair, demonstrando a sua eficiência em produtividade, o comprometimento com o bem-estar animal e a responsabilidade ambiental, sendo motivo de destaque na economia nacional e orgulho para a Nação. ■

CIÊNCIA E INOVAÇÃO

TECNOLOGIA TRAZ CADA VEZ MAIS SUSTENTABILIDADE AO CAMPO

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

JÁ NÃO é novidade o papel decisivo que o Brasil tem ocupado como produtor mundial de alimentos. É fato que o mundo conta conosco para alimentar mais de 7 bilhões de pessoas. No entanto, muitos críticos ainda insistem em não reconhecer a importância desse setor para a geração de oportunidades – empregos, impostos, fortalecimento do Produto Interno Bruto (PIB), entre outros – e como ele contribui para a prosperidade do País.

Faz-se necessário enfatizar que a sustentabilidade ambiental é imperativa para a agropecuária brasileira, o que é o mesmo que dizer que nossos agricultores trabalham incansavelmente para produzir cada vez mais com o emprego de tecnologias de conservação de solo, água, flora e fauna. Além disso, alguns números chamam a atenção: dois terços da superfície brasileira – mais precisamente, 66,3% do seu território – são compostos de áreas legalmente protegidas e preservadas.

De quarenta anos para cá, foram desenvolvidas diversas tecnologias sustentáveis por parte da agricultura brasileira, como: técnicas de recuperação de pastagens degradadas; sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta; agroenergia renovável; manejo de florestas e da biodiversidade nativa; e reciclagem de grande parte dos efluentes e dos resíduos sólidos.

Enquanto as percepções urbanas sobre o meio rural brasileiro estão associadas a mitos e visões equivocadas, a agricultura prospera. Hoje, o Brasil exporta para alimentar mais de 1,5 bilhão de pessoas em todo o Planeta, mas não foi sempre assim.

Na década de 1970, éramos uma nação importadora de alimentos. O período que se seguiu foi de transformação do Brasil em potência agrícola, processo este acompanhado de uma queda pela metade dos preços dos alimentos. Esse foi o maior ganho social da modernização agrícola, que beneficiou, sobretudo, a população urbana. Foi a partir dessa mudança que o Brasil saiu do mapa dos países com insegurança alimentar.

Em 2016, o Brasil produziu 238 milhões de toneladas de grãos para uma população de 207 milhões de habitantes, o que significa disponibilizar mais de 1 tonelada de grãos por habitante. Só a produção de grãos no Brasil é suficiente para alimentar mais de quatro vezes a própria população.

Como se não bastasse, a agricultura é, hoje, a principal fonte de prosperidade em muitas regiões do Brasil. Emprega mais de 32 milhões de trabalhadores, cerca de 33% da força de trabalho do País. Com participação no PIB de 24%, é, sem dúvida alguma, o setor mais competitivo da economia brasileira no mundo. Em 2017, as exportações somaram US$ 96,2 bilhões, o que representou 44,1% das vendas externas do País. Sem estas cifras, o déficit na balança comercial seria de US$ 15 bilhões. Contudo, pouco se fala disso.

Para entender esses avanços da agropecuária, recomendo o livro "Tons de Verde – A Sustentabilidade da Agricultura no Brasil", obra fundamental do pesquisador Evaristo de Miranda. Neste trabalho, que aborda o panorama da atual sustentabilidade do setor agrícola brasileiro, fica claro como o País tem se preparado para assumir o papel de celeiro da humanidade e avança em práticas que levarão a nossa produção a ser cada vez mais rentável e sustentável. ■

DIÁRIO DE BORDO

ALGUNS DADOS DO CENSO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

COM O Censo Agropecuário realizado em 2017, graças ao esforço do então presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Paulo Rabello de Castro, temos, agora, um "retrato" mais aproximado do novo campo do Brasil. São tantos os dados que o Censo trabalhou que ainda não foi possível analisá-los todos em profundidade e, a partir daí, tirar as necessárias orientações para governantes, parlamentares, acadêmicos e lideranças setoriais.

Contudo, alguns dados preliminares saltam à vista, sobretudo os estatísticos mais gerais. Um exemplo: em 2006, tínhamos 5.175.636 estabelecimentos agropecuários, e este número caiu para 5.072.152, uma redução de apenas 2%. Havia uma expectativa de que esta redução seria maior. Em compensação, a área ocupada por todos os estabelecimentos cresceu 5%, o equivalente a 16,5 milhões de hectares.



Entre 2006 e 2017, a participação na área total de propriedades com área igual ou maior do que 1.000 hectares cresceu 2,5%, saindo de 45,0% para 47,5%. Havia a expectativa de uma maior concentração de propriedades, mas, mesmo assim, a área média deste grupo subiu de 3.155,7 hectares para 3.272,4. Enquanto isso, os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares tiveram uma redução na participação da área total de 33,8% para 32,0%, aumentando, na média de tamanho, de 266,0 para 266,7 hectares, quase nada.

A área de lavouras permanentes caiu 31,65%, ou de 11,7 milhões para 8,0 milhões de hectares em números redondos. Já a área de lavouras temporárias cresceu 13,23%, indo de 49,0 milhões para 55,4 milhões de hectares, também arredondando os números.

Um dado que não surpreendeu: as pastagens naturais ocupavam 57,6 milhões de hectares em 2006, caindo para 46,8 milhões de hectares em 2017, uma redução de 18,7%. Já as pastagens plantadas tiveram um acréscimo de 9,15%, saltando de 102 milhões para 112 milhões de hectares.

Um impressionante aumento foi o de florestas plantadas, da ordem de 79,24%, representado por uma área atual de 8,5 milhões contra 4,7 milhões hectares em 2006.

Aumentou, também, o número de tratores utilizados pelos produtores rurais: em 49,7%, saindo de 820 mil unidades para 1,228 milhão.

Já a mão de obra ocupada diminuiu em 9,24%: eram 16,5 milhões de pessoas em 2006 e, hoje, chegam a 15,0 milhões. Com isso, a média de pessoas ocupadas por estabelecimento rural caiu de 3,2, em 2006, para apenas 3,0, agora.

Alguns dados são especialmente interessantes: segundo as declarações dos entrevistados, houve um aumento de 52% da área irrigada, um tema relevante em termos de tecnologia inovadora.

Em 2006, 1.396.077 produtores rurais usavam defensivos agrícolas, e este número aumentou para 1.681.001 em 2017, um pulo de 20,4%.

Finalmente, algumas curiosidades:

- Em 2006, 75.000 estabelecimentos agropecuários tinham acesso a internet; este número cresceu nada menos do que 1.790%, chegando a 1.425.323 produtores em 2017.

- Houve um aumento de participação do sexo feminino entre os produtores, de 12,7%, em 2006, para 18,6%, no ano passado.

Ainda teremos muitas e importantes revelações à medida que todos os dados do Censo forem estudados e, principalmente, explicados. ■

PRODUZIR

AS INCOERÊNCIAS CONTRA O PRODUTOR RURAL

JOÃO ADRIEN FERNANDES
Diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

NOS ÚLTIMOS meses, o produtor rural paulista tem sofrido constantes investidas que devem representar significativos prejuízos econômicos, ambientais e sociais à atividade agropecuária do estado. Em épocas cruciais, como a que estamos vivendo, o anseio pelo reconhecimento pode fragilizar as convicções e atingir ainda mais o nosso setor.

Nesse contexto, o poder público tem deixado passar medidas que cedem a pressões setoriais e minoritárias. Dentre elas, o apoio ao Projeto de Lei (PL) nº 31/18, que proíbe a exportação de gado vivo – uma atividade regulamentada em âmbito federal e com normas reconhecidas internacionalmente –, é um dos entraves no debate por melhorias.

Fato igualmente relevante foi a sanção do PL nº 299/18, que proíbe o controle, o manejo e a erradicação de javalis por pessoas físicas no estado de São Paulo, sem consulta a órgãos técnicos da Secretaria de Agricultura ou entidades envolvidas.

A decisão de inviabilizar o controle dessa espécie, considerada invasora no Brasil, é uma grande ameaça econômica e ambiental para São Paulo e para o planejamento do País na prevenção e na erradicação da febre aftosa. Sem um predador natural ou uma estratégia de manejo, os javalis multiplicam-se, atacam animais silvestres, prejudicam rios, flora, solo e lavouras e, ainda, ameaçam a saúde e a segurança públicas.

A caça, única ferramenta disponível no momento, já é regulamentada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A Lei Federal de Proteção à Fauna (nº 5.197) autoriza o abate de animais considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública e veta armadilhas venenosas e o sofrimento animal. Porém, a decisão de aprovar o PL confronta uma lei federal, o que sinaliza um preocupante viés impositivo, além do caráter inconstitucional da medida.

Em agosto, as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente do estado de São Paulo publicaram uma Resolução Conjunta para normatizar o controle de javalis. A ação tenta contornar as arbitrariedades do PL, mas cria novas barreiras, como a exigência de dados detalhados da propriedade atingida e o prazo de trinta dias para autorizar o manejo, critérios incompatíveis à urgência de um controle mais efetivo.

O poder público e membros do Legislativo, porém, não se atentaram à inconstitucionalidade da nova lei pela concorrência de competência, segundo o que uma legislação estadual não pode se opor a uma lei federal. Assim, a SRB protocolou, em julho, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) reivindicando uma liminar para suspender os efeitos da lei estadual. Derrubá-la é a única medida cabível para mitigar as ameaças representadas.

Ainda que o resultado seja positivo no Supremo Tribunal Federal (STF), os produtores rurais paulistas sofrem forte pressão, sobretudo em um ano de eleições, quando políticos são tentados a aprovar projetos que beiram o populismo. Para o embarque de animais vivos ou o manejo de javalis, o momento é de unir forças para fazer prevalecerem a livre-iniciativa, a segurança jurídica e os anseios da sociedade. ■



OPINIÃO

BEM-ESTAR ANIMAL, UM CAMINHO SEM VOLTA

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

UM CAMINHO sem volta! A questão do bem-estar animal no Brasil é um movimento que vem se consolidando, a exemplo do que ocorre no mundo. A cadeia produtiva está ajustando-se para não ter problemas com o consumidor, cada vez mais exigente, que não aceita que ocorram maus-tratos e se preocupa com a segurança alimentar. É necessário olhar com clareza o assunto para que os ajustes ocorram de forma tranquila e inteligente.

Todos os anos, 70 bilhões de animais no mundo são criados para fornecer carne, leite, ovos e outros produtos para consumo. Por isso, é muito importante o envolvimento de governos, produtores rurais e consumidores para que sejam realizadas as mudanças que proporcionem uma vida melhor para estes animais.

A cadeia produtiva tem buscado melhorar em todos os aspectos a lida com os animais. Os órgãos reguladores, como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, no caso de São Paulo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado (SAA), trabalham para desenvolver e aprimorar legislações que atendam os anseios, nunca baseadas em achismo ou em *fake news* utilizadas por alguns ativistas para sensibilizar de forma errada parte dos consumidores.



A preocupação com o bem-estar animal não pode ter fanatismo. A seriedade científica dos técnicos do MAPA, dos institutos da SAA – como o Instituto de Zootecnia (IZ) – e da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) é fundamental para buscar os melhores caminhos para a questão.

Não está tudo perfeito na cadeia produtiva, que está em processo de melhoria contínua, mas o problema é que poucas imagens de distorções pontuais são usadas pelos ativistas para tentar dizer que equivalem ao todo da cadeia, e isso não é verdade. A regulamentação mais específica que vem sendo trabalhada é importante, e precisamos de mecanismos para coibir possíveis abusos, criando parâmetros para controle que deem tranquilidade a produtores e consumidores.

Em São Paulo, há um trabalho importante sendo realizado. Liderados pela Universidade de São Paulo (USP), no *campus* de Pirassununga, o MAPA, a CDA, a Polícia Rodoviária Estadual e a concessionária Intervias estão promovendo estudos, por meio da Plataforma Unificada para Responder aos Acidentes envolvendo Animais (PURAA), para prevenção de acidentes com cargas de animais e para que a Polícia esteja habilitada à fiscalização.

No nosso estado, prezamos pelo cumprimento do que temos regulamentado e recomendado pelo MAPA, que adota como premissas básicas a saúde única, o bem-estar animal (Organização Mundial de Saúde Animal – OIE –, na sigla em inglês) e a sustentabilidade (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO –, também na sigla em inglês), e pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV). As cinco liberdades desses animais são: ser livres de medo e estresse; ser livres de fome e sede; ser livres de desconforto; ser livres de dor e doenças; e ter liberdade para expressar seu comportamento ambiental.

Certamente, um animal que tem melhores condições produz carne de melhor qualidade, o que é positivo tanto para os produtores, quanto para os consumidores. Fundamental é acreditar nos esforços científicos e deixar de lado o ativismo exacerbado. A Ciência deve prevalecer! ■

REFLEXÃO

ELEIÇÕES 2018

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O meu ideal político é a democracia, para que todo homem seja respeitado como indivíduo e nenhum venerado.

Albert Einstein

AS ELEIÇÕES aproximam-se rapidamente, e os eleitores brasileiros vêm mostrando uma desmotivação nunca antes vista.

Esse desalento tem origem na profunda decepção do povo brasileiro com os políticos e com os resultados da operação Lava-Jato, além das inacreditáveis constatações quanto aos crimes financeiros, aos desvios e às mamatas dos personagens dessa derrocada de ética para se manter como candidatos nas próximas eleições.

Um dos fatores mais negativos ao público é o chamado presidencialismo de coalizão, que dominou as forças políticas do País nos últimos governos e, de alguma forma, mantém essa estrutura de negócios terrível entre o Executivo e o Legislativo, com muitos partidos políticos estruturados apenas para isso.

No entanto, não se pode focar o olhar na política brasileira e perder a visão global do que se passa na política mundial. Populações de outros países também estão dando demonstrações desse cansaço com a classe política, *vide* a vitória de Trump nos EUA e de Macron na França, o fator Brexit na União Europeia, as enormes dificuldades de Angela Merkel na Alemanha e a esquerda bolivariana sendo colocada de lado na América Latina.

Talvez, seja um movimento pendular retornando na direção do protecionismo econômico, das fronteiras marcadas por muros, ou um inédito vácuo de líderes.

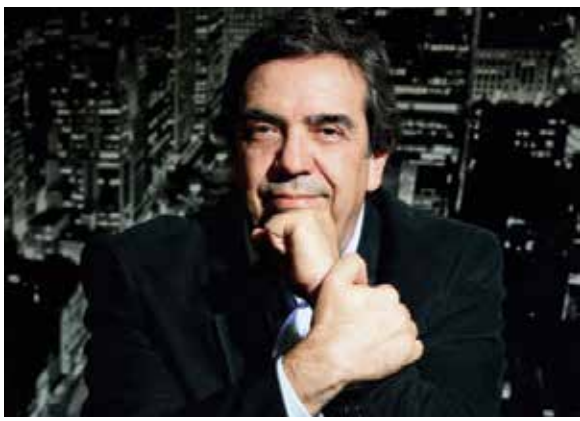
No passado, em momentos assim, buscou-se, no Brasil, caminhos diferentes, correndo-se o risco do novo. Vale recorrer a Cecília Meireles, com suas frases extraordinárias: "A primavera chegará, mesmo que ninguém mais saiba seu nome, nem acredite no calendário, nem possua jardim para recebê-la". Essa sensibilidade de apontar para a nossa pequenez frente ao processo inevitável do tempo é essencial e deve ser motivadora em épocas de incertezas e decepções.

"Mudar" é uma palavra que gera descobertas incríveis, mas que tem considerável peso a ser suportado. Este peso também tem sido responsável por deixar as coisas como estão. Assim como se viu no México (com o Partido Revolucionário Institucional – PRI) ou na Argentina (com o peronismo), o processo político brasileiro foi insensato nos últimos governos, adotando-se o lema "nós ou eles". A divisão foi feita no País, e as eleições são um festival de incoerências e ódio.

Como não se pode agir antes de falar e, então, falar de acordo com os seus atos (como diria Confúcio) nas eleições, os candidatos desfilam as suas inverdades ou o que irão fazer até serem eleitos. Assim, os experientes falam do passado para tentar iluminar o futuro, enquanto os novos criticam o passado para negar o futuro, e, com isso, o eleitor desencanta-se e se desmotiva. Isso enfraquece o processo democrático e gera riscos de aventuras e novas decepções.

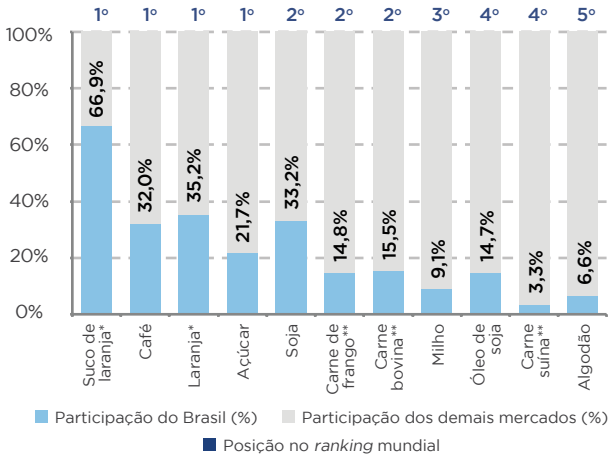
O agronegócio já perdeu muito com o processo de desqualificação da sua importância no Brasil. Forças ideológicas seguem atuando, como são os casos da lei dos pesticidas – que não são nada além de remédios para as plantas – e da tabela de preço mínimo para os fretes.

O setor unido, em governança equilibrada e com visão estratégica é o que deve prevalecer nas eleições de 2018. Buscar consenso nas urgências e ter prioridades e o compromisso dos candidatos que aí estão deve ser o esforço profissional de todos que labutam em prol do agronegócio brasileiro. ■



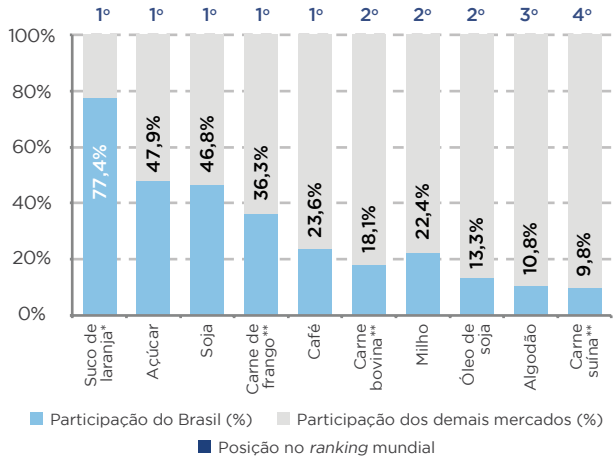
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



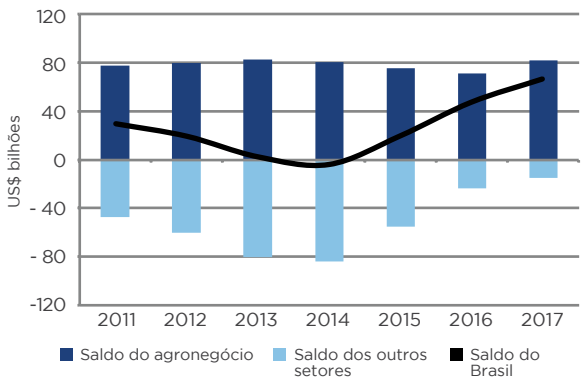
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



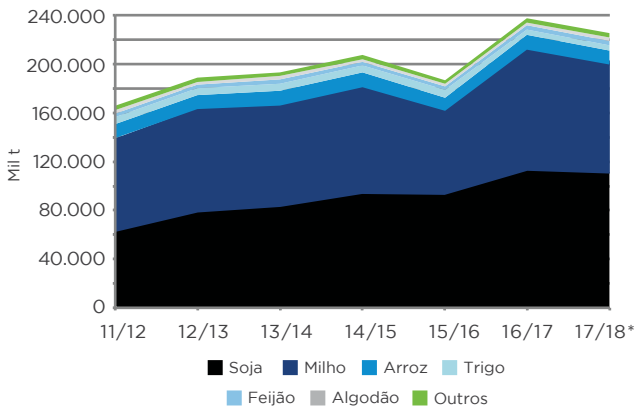
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



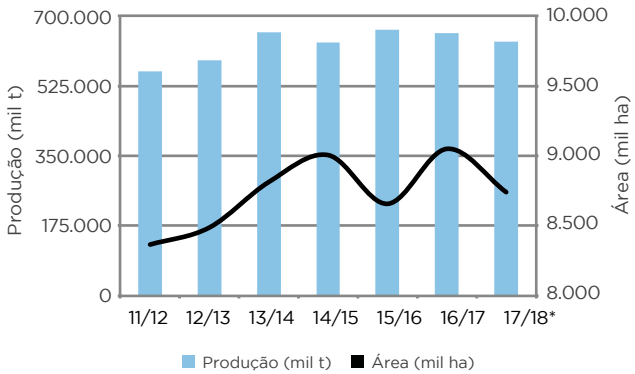
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



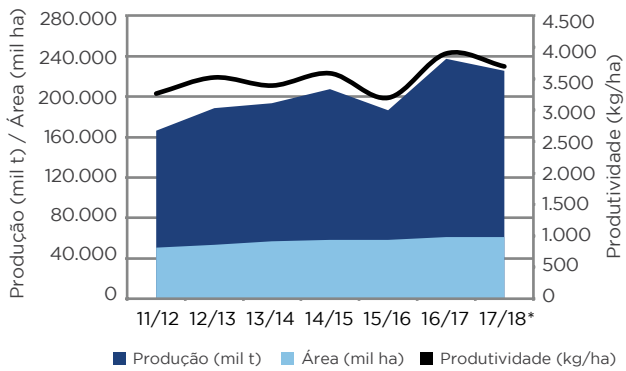
* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em fevereiro de 2018
Fonte: Conab